

## BIOGRAFIA DA BIBLIOTECA NACIONAL

A Biblioteca Nacional do Brasil, a nossa *biblioteca-mãe*, é, atualmente, a oitava maior biblioteca nacional do mundo, em valor histórico e em quantidade de peças. O seu acervo, entre livros, manuscritos antigos, mapas, partituras musicais e periódicos, é de cerca de 9 milhões de volumes, número este que aumenta dia a dia, através do "depósito legal", de compras e de doações. Além do seu grande acervo de literatura corrente, sua maior riqueza está na coleção de obras raras, manancial único para o estudo da história, nossa e da cultura ocidental, bem como o seu próprio prédio, verdadeira obra de arte neoclássica.

A Biblioteca Nacional do Brasil cumpre, assim, a sua vocação de ser o repertório e uma guardiã da cultura escrita do país.

Trazida para o Rio de Janeiro por D. João VI, quando de sua fuga de Lisboa, premido pelas tropas de Napoleão Bonaparte, ela teve, até hoje, em quase 200 anos de vida em nosso solo, uma história acidentada, cheia de aventuras, de derrotas e de vitórias, e não são poucos os casos pitorescos e até lendários que a acompanham nesse quase um terço de nossa história pátria. Tudo isso faz com que a leitura desta "biografia" seja muitas vezes tão interessante como a leitura de um romance.



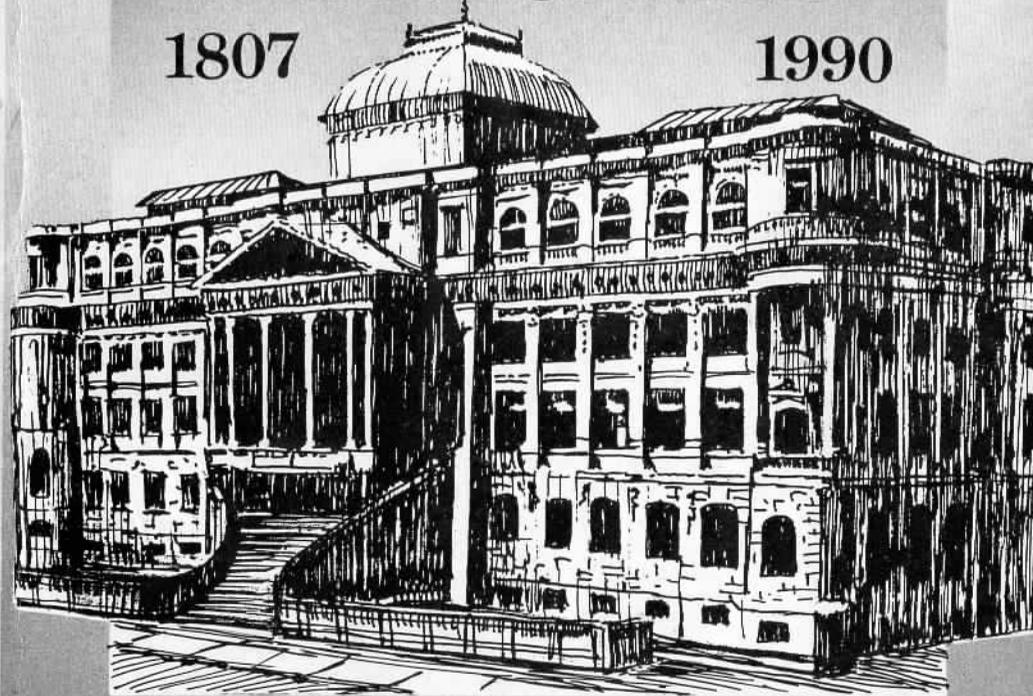
ISBN 85-85677-01-0

GILBERTO VILAR DE CARVALHO

# BIBLIOTECA NACIONAL

1807

1990



B I O G R A F I A



## I

### *O que é uma Biblioteca. E o que é uma Biblioteca Nacional*

**N**ão é difícil definir uma biblioteca. Pequena, média ou grande, ela é essencialmente uma coleção de livros – que pode ser privada ou pública –, organizada de modo a conservá-los e guardá-los para serem consultados e lidos com relativa facilidade. Antigamente essas coleções incluíam sobretudo manuscritos, uma vez que os livros propriamente ditos são uma invenção bem mais recente. Hoje, pelo contrário, só as bibliotecas mais antigas guardam manuscritos. Com o correr do tempo, as bibliotecas passaram a guardar, também, e a pôr à disposição dos leitores, revistas, periódicos, filmes, microfilmes, vídeos e discos de computadores. Não duvidamos de que outros meios para a conservação das mensagens aparecerão e passarão a fazer parte dos acervos das bibliotecas.

#### **Como nasceram as bibliotecas**

As mais antigas bibliotecas registradas pela história nasceram no Oriente. Se é que podemos chamá-las de bibliotecas, pois naquele tempo ainda não havia livros<sup>1</sup>. Eram coleções hititas e assírio-babilônicas em que a escrita era gravada em tijolinhos

de barro, em caracteres cuneiformes, datando, os mais conhecidos, de pelo menos 4 mil anos. Da forte cultura egípcia pouca coisa chegou até nós, uma vez que os seus escritos eram gravados em papiro, um material excessivamente frágil e pouco resistente ao tempo e ao manuseio. A maior parte daquilo que essa civilização nos legou veio até nós depois da invenção do pergaminho, um suporte bem mais resistente, largamente utilizado pelos gregos.

A antiguidade grega, com os seus grandes filósofos e teatralógicos, e com a difusão plena do pergaminho, foi a que mais trabalhou pela guarda e conservação dos seus escritos, deixando-nos grandes e valiosíssimas coleções. Um desses colecionadores foi Aristóteles, que, além de ter sido um dos homens mais inteligentes do mundo e um dos maiores pensadores da humanidade, foi também um dos primeiros a colecionar escritos, os seus e os dos principais pensadores do seu tempo. Dizem que ele gastava quase tudo o que ganhava na compra de livros preciosos. Sua coleção foi, depois, dividida entre as bibliotecas de Alexandria e de Pérgamo, os dois mais importantes centros da cultura grega<sup>2</sup>.

Com a invasão dos exércitos de Roma e a conquista militar do mundo grego, essas bibliotecas foram incendiadas e foi espoliado o que delas restou. A Grécia foi transformada em mera província romana e aconteceu aquilo que todos sabem: a Grécia, vencida pelas armas, venceu Roma pela cultura. E Roma se tornou uma cidade culta. Com o advento de Júlio César (101 - 44 a.C.), nasceu a primeira idéia da fundação de uma biblioteca pública. Escritor, historiador e autor de algumas peças teatrais, César confiou a sua idéia a Terencius Varronius, que, morrendo cedo, a transmitiu a Asinius Polianus, que a assumiu e a levou a termo. A partir de então, tomou enorme surto essa feliz fusão das duas culturas, grega e latina, e as bibliotecas ganharam enorme impulso. Em pouco tempo a Roma imperial chegou a ter 28 bibliotecas públicas, sendo a mais famosa delas a de Ulpia, situada no foro Trajanus e algumas particulares, que chegaram a contar com 60 mil livros.

Esse apogeu, porém, não durou muito. Com a queda do Império Romano e a barbarização das cidades, o povo perdeu o hábito da leitura e o zelo pela guarda e conservação dos

escritos dos seus pensadores. A salvação das bibliotecas deveu-se, então, ao nascimento e à disseminação do cristianismo: Toda a cultura viu-se obrigada a refugiar-se nos conventos e mosteiros, que, tanto no médio Oriente como na própria Europa, passaram a ser os únicos refúgios dos escritores, dos copistas e dos guardiões de seus trabalhos. Cada mosteiro passou a ser um centro de cultura, cada um deles passou a ter a sua biblioteca e o seu *scriptorium*, onde monges entusiasmados e abnegados se dedicavam à escrita, à cópia, à guarda e à conservação dos livros. Um dos mais célebres *scriptoria* desse tempo foi o do mosteiro de Monte Cassino, cujas valiosas e belas obras foram fruto da infinita paciência e do incomparável senso artístico dos seus monges copistas. Uma outra biblioteca que ficou famosa foi a de Bobbio, já no século VI, fundada pelo monge irlandês São Columbano. Desta só nos restou o catálogo, conservado na Biblioteca Ambrosiana de Milão. Não nos esqueçamos destes fatos, cada vez que escutarmos os repetidores de frases-feitas se referirem à Idade Média tachando-a de "Idade das Trevas".

A partir do século XIII, com o nascimento das cidades e das universidades na Europa, as bibliotecas começaram a sair dos mosteiros e a surgir nessas novas instituições. Não queremos dizer, contudo, que os mosteiros tivessem perdido os seus livros e as suas valiosas coleções. De fato, as universidades, que na sua maior parte ainda pertenciam à Igreja e aos seus monges, pouco a pouco assumiam a sua independência e começavam a organizar as suas próprias bibliotecas.

Mas, só a partir do século XV, com a invenção da imprensa, é que o livro foi-se tornando um objeto prático, com produção mais fácil e mais rápida, forçando as bibliotecas a se desenvolverem com novos critérios e num ritmo também mais ágil. Entre as maiores e mais famosas bibliotecas da Europa, surgidas entre os séculos XV e XVIII, podemos citar a Vaticana, fundada pelo papa Nicolau V, em 1455, a Colombina, de Sevilha, fundada em 1551 por um filho de Cristóvão Colombo, e a Ambrosiana, já em 1609, iniciada pelo cardeal Frederico Borromeu, de Milão, onde permanece guardado um manuscrito de Virgílio, anotado por Petrarca. Mais ou menos na mesma época, Thomas Boddley funda a Biblioteca Bodliana, de Oxford; em 1643, por ordem do

cardeal Mazarino, é aberta a Biblioteca Mazarina, em Paris; é desse tempo, também, a Biblioteca de Cambridge e a de Berlim. Em 1712 é fundada a Biblioteca de Madri e, no final desse século, a Biblioteca do British Museum de Londres. A famosa Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos foi aberta em 1789, sofreu dois incêndios, foi reconstruída e é, hoje, uma das maiores e das mais bem organizadas do mundo.

Voltemos um pouco no tempo, para falar da França, que tanta influência teve, no passado, na cultura brasileira. A primeira coleção de livros de que se tem notícia nesse país pertenceu ao rei Carlos V, O Sábio (1338-1380), grande mecenas, que gostava que os artistas e intelectuais freqüentassem a sua corte. Dessa coleção só resta hoje o catálogo, pois o seu filho, o rei Carlos VI, O Louco, a vendeu ao duque de Bedford, que dispersou os seus livros e manuscritos pela Inglaterra. O rei Luís XI, neto de Carlos VI, O Louco, e filho de Carlos VII, O Vitorioso, reiniciou a coleção, que foi enriquecida, posteriormente, pelas endêmicas pilhagens que os reis faziam nos conventos medievais.

Em Portugal, diz-se que o rei D. João I, cognominado O Boa Memória (1356-1433), tinha uma biblioteca ou livraria, como se dizia na época. D. Duarte, O Eloqüente (1391-1438), que sucedeu a D. João I, desenvolveu as letras portuguesas, e era ele mesmo bom poeta e escritor. Mandou traduzir obras e nomeou um cronista oficial do reino, Fernão Lopes. D. Duarte colecionava livros. D. Afonso V, O Africano (1432-1481), sucessor de D. Duarte, continuou a sua obra, e, apesar de ter passado a metade de sua vida em guerras e conspirações, conseguiu reunir tantos livros valiosos, que a sua biblioteca, ou livraria, passou a ser considerada uma das melhores da Europa. Mas, existe uma velha tradição que diz: não foram os mosteiros, nem esses reis do século XIV e XV, os primeiros colecionadores de livros de Portugal. Em 959, uma lendária D. Mumadona já transmitia no seu testamento, não se sabe para quem, uma coleção de livros. Mas, nesse tempo, Portugal ainda não existia como país, nação ou reino. Mas, havia o território, o chão. Além do que, lendas são lendas. Entretanto, duzentos anos antes, em 770, já existia a abadia beneditina de Santo Tirso, que só adquiriu fama entre os séculos XVII e XVIII e, como todas as demais, tinha a sua

biblioteca. Foi, a partir, porém, de 1128, quando Portugal se tornou reino independente, pois cristão já era, que os grandes mosteiros foram-se multiplicando, com as suas bibliotecas e os seus *scriptoria*. Até hoje são famosos o de Alcobaça, cujas coleções, valiosíssimas, estão depositadas na Biblioteca Nacional de Lisboa, o de Santa Cruz de Coimbra, o de Lorvão, o de Tarouca e tantos outros.

No Brasil, como em todo o Ocidente, na era cristã, as bibliotecas, públicas ou particulares, começaram também pelas casas religiosas. Os primeiros religiosos que aqui chegaram se dedicaram antes de tudo ao apostolado junto aos silvícolas, depois junto aos negros, sem nunca deixarem de lado o serviço religioso junto aos portugueses. Tinham, portanto, uma vida nômade, ou habitavam em aldeias primitivas e malformadas. Logo, porém, que as cidades foram nascendo e crescendo, e que esses padres, por força do seu múnus pastoral, iniciaram a construção de igrejas maiores e de conventos fixos, começaram também a colecionar livros e a montar arquivos. Onde nasceu um convento, nasceu também uma biblioteca. É um fato. São famosas as dos conventos de Olinda, do Recife, de Salvador. Não existe, entretanto, ao que sabemos, um estudo específico sobre a história das bibliotecas brasileiras, nos seus primórdios. É certo que os frades e padres tinham a mania dos livros e, mesmo sem um estudo histórico que o comprove, ninguém pode duvidar da existência de uma boa biblioteca no convento em que morava, estudava e escrevia um padre Vieira, cuja erudição é incompatível com estantes vazias. O seminário de Olinda é um outro exemplo: desde o século XVII era um centro de cultura e de erudição que só podia existir com uma boa biblioteca. Enfim, em todos os velhos conventos brasileiros, e são numerosíssimos, existem velhas coleções de livros e de manuscritos, daqui ou vindos da Europa.

De nosso conhecimento, o mais antigo documento a falar de biblioteca no Brasil data de 25 de agosto de 1703: é um breve do núncio proibindo que sejam emprestados os livros da "livraria" dos padres oratorianos do Recife. Em relatório aos seus superiores, um padre dessa Casa diz, textualmente: "Não é grande a nossa livraria, mas se reputa pela maior e melhor de Pernambuco." Esta afirmação dá a entender que havia outras

bibliotecas em Pernambuco, mas não encontramos qualquer outra documentação que o confirme. Em 1757, o padre Inácio da Silva lastima a destruição quase total dessa biblioteca por duas enchentes havidas na cidade. Mas, logo a biblioteca se refez, e pouco tempo depois já contava com "4 ou 5 mil livros". Essa biblioteca, situada no convento anexo à Igreja da Madre de Deus, que ainda hoje está de pé, no centro do Recife, foi incorporada à biblioteca do Curso Jurídico de Olinda, em 1831, quando a Congregação Oratoriana foi expulsa de Pernambuco. Em seguida, ela foi vendida aos padres jesuítas, que, sendo também expulsos de Pernambuco, por Pedro II, por se terem envolvido demais com a "Questão Religiosa", a levaram consigo para a Casa da cidade de Itu, em São Paulo. Sabe-se, ainda, que esses livros foram transportados depois para o Colégio São Luís, da cidade de São Paulo, onde sofreram um processo de dispersão. Consta que existe, na Torre do Tombo, um catálogo dessa biblioteca, elaborado em 1770<sup>3</sup>.

Em 1815, no Recife, o padre João Ribeiro, naturalista e líder da Revolução Republicana de 1817, "já começava a formar uma (biblioteca) particular na sua habitação, que a todos era aberta; não abundava ainda em (quantidade de) volumes, eram, porém, de preço inestimável pelas matérias que continham" - relata o Mons. Muniz Tavares<sup>4</sup>.

Em 1881 a Biblioteca Nacional enviou aos 800 municípios brasileiros existentes na época um longo questionário sobre a situação geográfica, industrial, comercial e cultural de cada um deles. Pretendia, com isso, redigir e publicar um grande *Dicionário Geográfico Brasileiro*, a partir das respostas ao questionário. O dicionário não foi escrito, pois apenas 129 municípios responderam ao apelo. Estas poucas respostas estão depositadas na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional e constituem um material valiosíssimo para o conhecimento de boa parte do Brasil dos fins do século XIX. Só agora essa documentação está sendo publicada, aos poucos, nos *Anais da Biblioteca Nacional*. Lendo o item "Instrução" das respostas de alguns desses 129 municípios, descobrimos que vários deles possuíam bibliotecas particulares e públicas, cuja existência não consta nos documentos oficiais. São bibliotecas pequenas, quantitativamente, mas

muitas delas bastante grandes se comparadas com a população a que serviam. Chega a ser comovente saber que nesse Brasil adentro, sem estradas, carente dos mais primitivos meios de comunicação, não poucas cidades, mais de um século atrás, já tinham a sua biblioteca e dela se orgulhavam. Como a documentação, já dissemos, está sendo publicada aos poucos, não podemos fazer ainda um estudo exaustivo sobre as bibliotecas existentes então. Citemos, porém, alguns casos, dentre os mais interessantes: Ponta Grossa, no Paraná, orgulha-se de ter duas bibliotecas "franqueadas ao público", com um total de 2 400 livros, para uma população de 11 mil habitantes; Ponta de Cima, ainda no Paraná, com 1 626 habitantes, possui um "Club de Leitura" e uma biblioteca, com 1 321 livros; Areia, na Paraíba, tem um "Gabinete Litterario" e uma biblioteca franqueada aos sócios; Mossoró, no Rio Grande do Norte, dispõe de duas bibliotecas, para uma população de 5 mil habitantes; Barreiros, em Pernambuco, conta com uma biblioteca que, apesar de pertencer ao "Club Litterario", está aberta ao público em geral, gratuitamente; ainda em Pernambuco, a cidade de Afogados de Ingazeira descreve, orgulhosamente, a sua biblioteca, onde, aos domingos, são promovidas conferências culturais. Infelizmente nenhum município declara a data de fundação de suas casas.

Atualmente, há bibliotecas em quase todas as cidades do Brasil. Em muitas delas, é certo, dá-se o nome de biblioteca a uma meia-dúzia de livros praticamente desprezados em carcomidas prateleiras, à espera mais de fungos destruidores do que de leitores ávidos de cultura. Entretanto, são inumeráveis as boas bibliotecas conventuais, de associações e sobretudo universitárias. Não vamos citá-las, pois seria um nunca-acabar. E não é este o nosso escopo.

### Bibliotecas públicas

Este é um capítulo à parte. Falamos de bibliotecas conventuais, de bibliotecas de associações, de bibliotecas universitárias, todas elas mais ou menos restritas a um determinado público. A biblioteca pública é de origem tipicamente norte-americana. Na Idade Média, quando surgiu a maior parte das bibliotecas, todo um contexto histórico fazia com que elas fossem entidades fecha-

das. O povo, o público, aliás, não era lá muito dado a leituras. E o costume faz a lei. Na Europa, as bibliotecas, mesmo quando saíram dos mosteiros, passaram para as mãos dos reis. Não escancararam as suas portas. Mesmo a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, como veremos, era uma biblioteca de reis, de príncipes e de nobres, e foi o Rio de Janeiro que forçou as suas portas e a democratizou. A América do Norte, desenvolvendo-se por fora das tradições e vínculos sociais e políticos europeus, tinha outra mentalidade. Enquanto na Europa o livro era um objeto precioso a ser guardado, protegido e, com tantas guerras e tantas pilhagens, escondido da sanha do povaréu e dos nobres rapaces – em Coimbra os livros eram “presos por cadeias” para evitar roubos –, na América do Norte ele se tornou uma necessidade para o povo. Foi assim que, no ano de 1700, surgiu, na Carolina do Sul, a primeira biblioteca pública, protegida, igualmente, pela primeira e, portanto, a mais antiga lei de proteção às bibliotecas, que passariam a ser públicas, gratuitas e os seus regulamentos regidos pelo poder local, com total independência do poder central. Em pouco tempo esse sistema se difundia por todo o território norte-americano e o seu exemplo foi seguido por outros países da própria América, da Europa, alcançando a Nova Zelândia e o resto do mundo. Mesmo assim, só nos meados do século XIX apareceu na Europa a primeira biblioteca pública: na Bélgica.

No Brasil, o nascimento e a difusão das bibliotecas públicas não parece ter tido como modelo o sistema americano. Sabe-se, contudo, que a primeira biblioteca pública, oficialmente declarada em nosso país, nasceu na Bahia, em 4 de agosto de 1811, bem antes do que na Europa. A seguir, foram fundadas a do Maranhão (1829), a de Sergipe (1848), a de Pernambuco (1852), a de Santa Catarina (1855), a do Espírito Santo (1855), a da Paraíba (1857), a do Paraná (1857), a de Alagoas (1865), a do Ceará (1867), a do Amazonas (1870), a do Pará (1871), a do Rio de Janeiro (1873) e a do Piauí (1883), para ficarmos só com o século XIX. Hoje o Brasil conta com cerca de 4 mil bibliotecas públicas e a própria Biblioteca Nacional, através do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, vem trabalhando pelo seu desenvolvimento numérico e melhoria técnica.

Outros tipos de bibliotecas se formaram, a partir do século XIX, com o desenvolvimento das escolas e das especializações, cada vez mais numerosas. É assim que temos hoje bibliotecas escolares, para todos os graus de escolaridade, adaptadas ao nível cultural dos alunos; bibliotecas infantis, nascidas em 1803, na Inglaterra, mas desenvolvidas e aperfeiçoadas por Jesse Torrey, que fundou a primeira biblioteca infantil realmente especializada em New Lebanon, no Estado de Nova Iorque; bibliotecas especializadas em faculdades, em fábricas, em empresas: de Química, de Física, de Filosofia, de Arquitetura etc.

### Biblioteca Nacional

Quando se fala em biblioteca nacional, os conceitos mudam. Não se trata mais de meras coleções de livros e de outros papéis, não se fala de biblioteca pública propriamente dita, não se fala de biblioteca infantil, escolar ou especializada, simplesmente. A definição clássica é a seguinte: “*Biblioteca Nacional é, em princípio, sinônimo de memória da cultura de um país; é, no seu sentido mais alto, museu de toda a sua produção bibliográfica, nos mais diversos campos culturais, através da sua história.*” Biblioteca nacional, frisemos, é a memória documental da cultura de um país, é um museu da sua produção bibliográfica. O conceito de biblioteca nacional parece ter surgido, ou pelo menos amadurecido, na França, na época da Revolução Francesa. Consistia em um acervo que conservasse a memória cultural do país. Segundo Anthony Panizzi, da biblioteca do Museu Britânico, o acervo de uma biblioteca nacional deveria permitir aos leitores o acompanhamento do progresso de todo o conhecimento humano. Trata-se de uma afirmação um tanto exagerada, e cada vez mais utópica, diante do rápido e imenso progresso do conhecimento. Mais adequada parece ser a proposta do Colóquio de Bibliotecas Nacionais de Viena, organizado pela UNESCO, em 1958: as bibliotecas nacionais “são responsáveis pela aquisição e conservação de exemplares de todas as publicações impressas no país e funcionam como *biblioteca de depósito*” (o grifo é nosso).

Não vamos aprofundar mais o assunto. O que expusemos é suficiente para mostrar que uma biblioteca nacional não é uma biblioteca como as outras. O acervo nela depositado constitui

um material de pesquisa e de consulta para especialistas. Não se trata mais de uma biblioteca para nobres, príncipes e reis, como antigamente, mas também não se trata de uma biblioteca popular. Defende-se ainda o seu uso para uma elite, porém, não mais de uma elite de sangue ou de prestígio, mas de saber, de cultura. Não se mede a *cultura geral* de um país pela quantidade de consultas a uma biblioteca nacional, sobretudo quando este país conta com uma boa rede de bibliotecas públicas, escolares e especializadas. As consultas a uma biblioteca nacional podem medir, sim, a especialização da cultura, sobretudo aquela que procura fontes históricas. Podemos até avançar esta hipótese: o número de consultas feitas numa biblioteca nacional deve diminuir à medida que cresce o número de consultas às bibliotecas públicas e especializadas. O que deve fazer uma biblioteca nacional, e a do Rio de Janeiro tem tentado fazê-lo, é, além de documentar, guardar, conservar a cultura do país, procurar, por todos os meios ao seu alcance, facilitar o seu acesso às elites culturais. Isto se processa por vários caminhos (entraremos em detalhes adiante, no correr deste trabalho): colocando o acervo à disposição dos pesquisadores cadastrados, seja pelo seu manuseio direto, seja através de microfilmes, no caso de o material ser por demais frágil; publicando textos antigos com transcrição diplomática ou em fac-símile; fomentando o trabalho dos escritores contemporâneos, a fim de que, no futuro, a Biblioteca Nacional tenha um acervo representativo da época corrente; controlando o *depósito legal*, que obriga a que todos os escritos produzidos no país sejam enviados à Biblioteca Nacional.

Falamos da evolução do conceito de biblioteca nacional e tentamos dar ao leitor uma idéia bem sumária, mas suficientemente precisa da história das bibliotecas. Para tanto, fizemos um vôo rasante pelas principais bibliotecas do mundo, na Antiguidade e no mundo moderno. E não falamos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, considerada oficialmente, pela UNESCO, a oitava mais importante do mundo, pelo seu valor histórico e quantidade de peças do seu acervo. É que essa Biblioteca será o tema deste livro. Tentaremos contar a sua história, antes e depois da sua chegada ao Brasil, as aventuras por que ela tem passado – que não são e não foram poucas, os detalhes da sua formação, a sua organização, alguns casos pito-

rescos e até as lendas que a têm acompanhado nesses quase dois séculos de existência nos trópicos. Terminaremos com um detalhado roteiro para que o visitante possa entendê-la melhor e melhor apreciar a sua riqueza.

Resta desta resumida história das bibliotecas deixar registrado que toda uma grande parte da humanidade sempre demonstrou um grande amor aos livros, à cultura escrita em geral. A "bibliofilia" (*biblion + philia*) é muito antiga. Tijolinhos de barro, pedras, papiros, folhas de seda, pergaminhos, papel... desde a mais remota Antiguidade o livro, isto é, o conjunto unitário desses diversos materiais, sempre foi considerado algo de precioso, de quase divino. É divina a Bíblia, O Livro dos Livros. O texto escrito, diz uma antiqüíssima inscrição egípcia, é o "tesouro dos remédios da alma". A tal ponto que a sua guarda e manuseio era apanágio dos reis e sacerdotes. E, mais recentemente, na Idade Média, quando a civilização ocidental a desprezou, a Bíblia passou a ser conservada, guardada, copiada, encadernada, enfeitada com toda a arte pelos monges cristãos. Muitos dos mosteiros medievais quase que só viveram para a conservação do livro. O livro medieval era praticamente um ofício sacerdotal, pois guardava a palavra de Deus, possibilitava a sua difusão, a sua interpretação e a sua imortalidade, pois conservava a memória de toda a sabedoria dos povos, obra de Deus. Em algumas antigas civilizações asiáticas, os devotos abriam e fechavam os livros, sem sequer lê-los, num ato litúrgico de pura veneração. Copiar livros era, para budistas antigos, um trabalho que agradava aos céus<sup>6</sup>.

No Renascimento, a invenção da imprensa e a fácil difusão do livro não diminuiu o amor que lhe foi sempre dedicado. A bibliofilia partiu então para a procura da obra rara, seja pela sua própria raridade, seja pela sua encadernação, pelos seus editores, pela beleza de suas ilustrações e iluminuras ou até mesmo pelo assunto de que tratava. Quando a Revolução Francesa fechou os conventos, os seus preciosos livros começaram a aparecer no comércio, valorizando-os ainda mais, desta feita, como objeto colecionável e lucrativo – às vezes mais do que pelo valor dos seus temas. As bibliotecas nacionais surgiram então

como um meio seguro de conservar essas preciosidades da ganância dos comerciantes e da rapina oficializada.

Hoje, quando são tantos e tão imprevisíveis os meios apropriados para guardar-se a mensagem cultural, o livro continua amado e valorizado. A disseminação das bibliotecas facilitou o seu acesso, mas não diminuiu a vontade de se possuí-lo. Os bibliófilos nunca foram tão numerosos. Há uma ou duas décadas, pensou-se que o livro seria forçosamente desbancado pelos meios audiovisuais, mas tal não aconteceu. O livro conservou o seu mistério, o seu atrativo inexplicável, a sua aura quase divina. Em 1992, a Biblioteca Nacional, premida pelos altos custos de suas publicações, enviou a mais de 2 mil bibliotecas do mundo inteiro um questionário em que formulava duas perguntas: *Vocês têm máquina para ler microfichas? Em caso positivo, preferem receber as publicações da Biblioteca Nacional em microfichas ou em livros?* As respostas, vindas dos cinco continentes, foram impressionantes: mais de noventa por cento das bibliotecas consultadas têm máquinas leitoras de microfichas e de microfilmes; mais de oitenta por cento delas, entretanto – e se tratavam das maiores e mais modernas – disseram preferir receber livros. Parece incrível, mas, das pouquíssimas bibliotecas que solicitaram o envio de microfichas, várias delas pediram para receber as microfichas e também os livros. Parece que a telinha iluminada tão cedo não vencerá o charme do velho papel impresso, mesmo amarelado, frágil, volumoso e atravancador.

\*

### As oito maiores bibliotecas do mundo atual, segundo a UNESCO<sup>7</sup>

#### Bibliotecas Nacionais:

- 1 - Rússia - Gosudorstvennaya Ordena Lenina Biblioteka, Moscou.
- 2 - EUA - Library of Congress, Washington, D.C.
- 3 - França - Bibliothèque Nationale, Paris.
- 4 - China - Biblioteca Nacional da China, Pequim.

- 5 - Grã-Bretanha - British Library, Reference Division, Londres.
- 6 - Alemanha - Bayerische Staatsbibliothek, Munique.
- 7 - Japão - Kokuritsu Kokkai, Toshokan, Tóquio.
- 8 - Brasil - Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

#### Bibliotecas Universitárias:

- 1 - EUA - Harvard University Library, Cambridge, Mass.
- 2 - EUA - Yale University Library, New Haven, Conn.
- 3 - Rússia - Biblioteca Científica A. M. Gorki, da Universidade Lomonosov, Moscou.
- 4 - Inglaterra - Bodleian Library, Oxford.
- 5 - Inglaterra - Cambridge University Library.
- 6 - França - Bibliothèque de la Sorbonne, Paris.
- 7 - China - Biblioteca da Universidade Quing Hua, Pequim.
- 8 - Argentina - Universidade de Buenos Aires.

### NOTAS

1. *Biblos* e, posteriormente, *bibliion* são palavras gregas que significam livro. Se bem que, na realidade, significavam, no início, casca, película de papiro. Posteriormente, Ésquilo, Demóstenes e Aristóteles já lhes davam o sentido de "escrito", de "conjunto de escritos" e de "livro". O termo foi usado também na antiga Grécia, com o sentido de "divisão de uma obra escrita". *Biblioteca* vem de duas palavras gregas: *biblio* + *téke*, isto é, prateleira ou depósito para guardar livros, escritos, rolos de papiros, de pergaminho etc. Havia ainda a palavra *biblio-póles*, significando "livraria" ou, mais precisamente, "venda de livros". "Depósito de livros", ou de "escritos", ou de "arquivos", era dito pelos gregos *biblio-fúlákion* (de *fúlaké* = guarda, conservação). É interessante observar que, apesar de serem foneticamente tão díspares, as palavras *bíblia*, *livro* (*libro*, espanhol e italiano, *livre*, francês) e *book* (*buch*, alemão) têm a mesma origem etiológica: tanto *bibliion*, em grego, quanto *liber* (*librum*), em latim, e *boka*, em gótico, significavam casca ou entrecasca de árvore, fina película vegetal.
2. A biblioteca de Alexandria foi fundada pelo primeiro governante grego do Egito, Ptolomeu I. Com o aporte das coleções de Aristóteles, chegou a contar

400 mil volumes. A de Pérgamo (donde veio a palavra pergaminho) chegou a ter 700 mil. O seu declínio começou quando o imperador Marco Antônio, por motivos nada intelectuais, a deu de presente à sua amante Cleópatra, rainha do Egito.

3. Lima, Ebion de, *A Congregação do Oratório no Brasil*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1980.
4. Tavares, Mons. Francisco Muniz, *História da Revolução em Pernambuco em 1817*, Recife, 1840, in *Rev. Trim. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro*, T. LX, B. I., 1897, p. 107. "... (no Recife) não havia biblioteca pública, necessidade absoluta de país civilizado; conservam-se alguns livros, mas pouco escolhidos e aferrolhados no interior dos conventos, onde nenhum profano ousava penetrar" (*ib*).
5. Monte-Mór, Jannice, in *Anais da Biblioteca Nacional*, "A Biblioteca Nacional em 1971", v. 91, 1971, p. 360.
6. Katzenstein, Úrsula E., *A Origem do Livro...* São Paulo, Edit. Huicitec INL, 1986, cap. 2 e cap. 4.
7. Pela ordem descendente da quantidade de livros. Levantamento feito em 1985.



Embarque do Príncipe Regente de Portugal para o Brasil, trazendo na bagagem a Real Biblioteca, origem da Biblioteca Nacional.  
Gravura de Francisco Bartolozzi, datada de 1807 (Biblioteca Nacional – Seção de Iconografia).

## II

### *As Origens*

A atual Biblioteca Nacional – que, em 1810, no Brasil Colônia, chamava-se Real Bibliotheca, às vezes do *Rio de Janeiro*, às vezes *da Corte*; que, com a Independência, em 1822, passou a ser chamada, mesmo em documentos oficiais, ora de Bibliotheca Publica, ora de Nacional, às vezes de Imperial, outras de Imperial e Publica, ou de Imperial e Nacional; que, em 4 de março de 1876 assumiu, oficialmente, o título de Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, até 1948, quando passou a ser simplesmente Biblioteca Nacional –, teve uma origem acidental e cheia de aventuras que vale a pena contar<sup>1</sup>.

#### **A Real Bibliotheca e o incêndio de Lisboa**

Já dissemos, no capítulo anterior, como nasceu e floresceu esta biblioteca, que, um dia, chegou a ser orgulho de Portugal e uma das melhores coleções bibliográficas da Europa. O fogo, gerado por um terrível terremoto, quase acabou com essa glória. Foi no dia 1<sup>o</sup> de novembro de 1755, “anno eternamente fatal na Historia Portugueza, ás nove horas e quatro minutos da manhã, estando o Céu limpo, o ar sereno e o mar em calma; se viu Lisboa surpreendida com um terremoto dos mais horrorosos, que a

tradição conserva, ou descrevem os livros”<sup>2</sup>. O Palácio da Ribeira, onde se localizava a Livraria d’El Rei, foi destruído e, com ele, quase toda a Real Bibliotheca da Ajuda. Candide, personagem de Voltaire, depois de múltiplas aventuras, chegava a Lisboa, ele e seus amigos, justamente nesse dia: “Mal puzeram os pés na cidade sentiram a terra tremer sob os seus passos; o mar espumante começava a invadir o porto e a arrebentar os navios ancorados. Turbilhões de chamas e de cinzas cobrem as ruas e as praças públicas; as casas desmoronam sobre os seus alicerces e os alicerces se desmancham; 30 mil habitantes, de todas as idades e sexos ficam esmagados sob as ruínas.” Pouco sobrou de Lisboa. Muito pouco sobrou da bela Livraria juntada pacientemente por D. João I, D. Duarte e D. Afonso V. Fora-se quase toda junto com o palácio. D. José I (avô de D. João VI), sem tardar, tratou de juntar as sobras do incêndio e a organizar uma nova biblioteca. Logo no ano seguinte, adquiriu a coleção de Nicolau Francisco Xavier da Silva e, em 1757, os manuscritos do colecionador 2º Conde do Redondo. Em 1760 juntou à sua biblioteca os livros deixados por José Maria Montarroyo Mascarenhas e, entre 1770 e 1773, recebeu, como presente, “a numerosa e rica livraria pacientemente amontoadada pelo douto abade de Santo Adrião de Séver, o padre Diogo Barbosa Machado”<sup>3</sup>, composta de 4 301 obras, em 5 764 volumes. Ainda em 1773 foram incorporados à Biblioteca os livros do Dr. Miguel Franzini (192 volumes), e o artista inglês G. Dugood doou ao rei os seus inúmeros códices manuscritos e estampas preciosas, de sua propriedade. Em 1779 foi comprado um caixote de livros ao Dr. Bartholomé Ulchoa, de Madri, e, em 1793 foram igualmente incorporados os livros e códices do Cardeal da Cunha. Com a prescrição dos padres jesuítas, em Portugal, a biblioteca do Colégio de Todos os Santos, na Ilha de São Miguel, nos Açores, veio também se incorporar à Real Biblioteca. Num folheto intitulado *Processos célebres do Marquês de Pombal* (1882), relata-se que a Biblioteca Real da Ajuda, menina dos olhos d’El Rei, nunca parou de crescer: seja com os livros dos Cônegos de São Vicente de Fora, quando estes foram transferidos para o Mosteiro de Mafra e ficaram privados de suas coleções, seja com os numerosos espólios de bibliófilos condenados à morte ou ao exílio.

Bem cedo, a nova biblioteca real estava recomposta e Portugal, mais uma vez, podia ter orgulho do seu feito. De fato, já em 1741, Antonio Caetano de Souza podia escrever: “Não havia no Paço mais que um pequeno resto da Livraria antiga da Sereníssima Casa de Bragança: El Rey (D. João V) o fez collocar em esta Real Bibliotheca, que se compõe de muitos mil volumes, que quasi não cabem no grande edificio...”<sup>4</sup>

### Início do século XIX. O Brasil recebe a Real Bibliotheca, orgulho de Portugal

Inglese e franceses ambicionavam repartir o mundo entre si, cada um pretendendo mais capital e mais mercado na Europa e no resto do mundo. “O capitalismo nascente levava à guerra.”<sup>5</sup> Ao Bloqueio Marítimo Inglês imposto por Canning, Napoleão respondia com o seu Bloqueio Continental. A Inglaterra via-se isolada e proibida de comerciar com a Europa dominada por Napoleão. Para o Império Britânico a saída era Portugal, com suas colônias na América, onde podia satisfazer a sua sede de poder e de... matérias-primas. O que Portugal ganharia em troca? Os ingleses prometiam apoio total à Casa de Bragança, o que significava a sobrevivência do reino luso. Mas havia algumas condições, dessas que só os fortes “oferecem” aos mais fracos: a sede da monarquia portuguesa deveria transferir-se para o Brasil, a esquadra portuguesa ficaria sob o comando inglês, a Inglaterra teria plena liberdade comercial no Brasil. Ao mesmo tempo – tendo em vista fins idênticos –, fomentar-se-ia a independência das colônias espanholas na América, para abater o poderio hispânico, um eterno perigo para Portugal e o Reino Unido.

D. João, príncipe regente (não era rei, pois continuava viva a rainha, sua mãe, D. Maria I, a Louca), sonhava com uma neutralidade impossível em face das duas potências. A França, unida à Espanha pelo Tratado de Fontainebleau, tinha as mesmas ambições do Reino Unido, e decidira, sem tardar, invadir Portugal. O ano de 1807 chegou ao fim com as tropas de Napo-

\* O autor refere-se aos restos da Biblioteca incendiada (N. do A.).

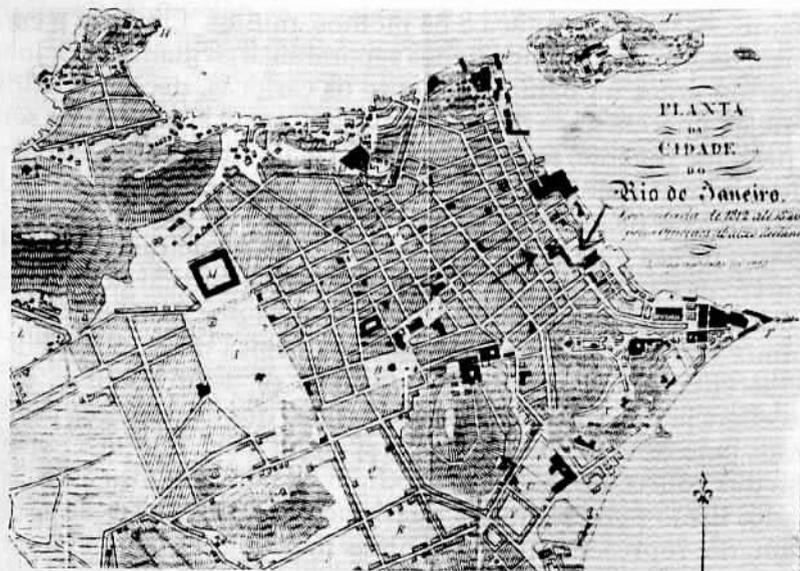
leão atravessando as fronteiras lusas, pelo Norte. E os ingleses, agindo ainda mais rápido, bloqueavam o Tejo e tomavam a iniciativa de "proteger" Lisboa. Para D. João não havia grande margem de escolha. A solução era a fuga para o Brasil.

Inglêses de um lado, franceses do outro, o pânico instalou-se na cidade. "Com a pressa que o momento exigia, foi organizado um verdadeiro saque no país. Os fidalgos embarcaram com mais de oitenta milhões de cruzados, em ouro e diamantes, e com a metade do dinheiro em circulação no Reino! Depois disso, a fuga dos governantes, sendo que o Regente seguiu disfarçado para o cais, sem nenhuma despedida. Alguns regimentos recusaram-se a embarcar e outros autodissolveram-se. O pavor inspirava cada gesto. Era gente querendo embarcar a força, eram senhoras distintas afogando-se nas águas do Tejo, era o povo apupando os que se retiravam. Diz-se mesmo que a única pessoa disposta a resistir era D. Maria I, a demente Rainha-Mãe, que respirava o ar das ruas após dezesseis anos de reclusão: 'Não corram tanto! Vão pensar que estamos fugindo!', gritava do coche que a conduzia, célere."<sup>6</sup> E foi assim que no dia 30 de novembro de 1807, pelo amanhecer, as tropas francesas de Napoleão, comandadas pelo marechal Junot, entraram em Lisboa, "para só avistar, a sumirem-se no fundo do horizonte, as últimas velas da esquadra do príncipe D. João" (Rocha Pombo). O mau estado das estradas e a chuva impediram Junot de chegar a tempo. Com o príncipe vinham para o Brasil quase toda a nobreza local (uma multidão de cerca de 15 mil nobres), com seus respectivos lacaios, bens, tralhas, seguranças e ainda quase toda a Real Bibliotheca da Ajuda, que, na verdade, era composta de duas bibliotecas: a Bibliotheca do rei e a da Casa do Infante, esta destinada ao uso dos príncipes<sup>7</sup>. Além dos livros, os navios traziam, também, "três volumes de estampas, brasões de diversas famílias, titulares e nobres, brasões abertos em madeira e em metal e desenhos originais com iluminuras" e mais os "instrumentos de física e matemática do real gabinete"<sup>8</sup>. A viagem não foi fácil, não por causa dos franceses, cuja Marinha não se sentia forte o bastante para enfrentar a poderosa defesa inglesa que comboiava os navios portugueses, mas por causa das tempestades e da falta de comodidade e de higiene, que, se não afetavam os velhos e experientes mari-

nheiros, habituados às longas aventuras e travessias – outro orgulho de Portugal –, não perdoaram aquela nobreza requintada e de costumes mais delicados. Foram três meses de sofrimento. A água era pouca e os piolhos, muitos. Limpeza e conforto, nenhum. As tempestades separaram a esquadra, e D. João aportou antes na Bahia, enquanto os cariocas, decepcionados, festejavam a chegada de navios que lançavam suas âncoras sem o príncipe regente, sem a nobreza do mais alto escalão e, sobretudo, sem a Rainha Louca, de quem já se contavam as mais pitorescas e picantes histórias. Só no dia 7 de março de 1808, quatro meses depois da partida de Lisboa, chegaram ao Rio de Janeiro os barcos do príncipe com a sua preciosa carga de livros e outras peças do seu acervo. No volume I dos *Anais* (1876-77), Ramiz Galvão faz uma descrição minuciosa dessa bagagem e acrescenta: "Não se sabe o que mais se deva admirar, si a excellencia das edições raras si a belleza dos exemplares preferidos pelo douto colleccionador, si enfim a boa ordem e perfeição das collecções facticias, prodigio de perseverança e de cuidado. Estão nella reunidas quasi todas as provincias do saber humano, representadas pelas obras mais dignas de nota e estima." O acervo da Real Bibliotheca não veio por inteiro. Tinha sido dividido em três lotes. O primeiro chegou com D. João, o segundo chegaria mais tarde, em 1810, com o bibliotecário Luís Marrocos, de quem falaremos mais tarde, e o terceiro, talvez porque a situação em Portugal tenha melhorado, nunca foi despachado. Ambos devem ter ficado muito bem escondidos, em Lisboa, pois, como era a praxe de todas as guerras, as tropas de Napoleão não se furtaram à clássica pilhagem. Os livros, mapas, desenhos, medalhas e manuscritos escaparam da rapina, o que não aconteceu com outros bens culturais portugueses, como, por exemplo, o famoso herbário do cientista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, que até hoje está em Paris, no Laboratoire de Phanérogamie<sup>9</sup>.

Não se dispõe de inventário exato de quantos livros vieram de Portugal, nas duas remessas de que falamos. Sabe-se, porém, que, em 1814, a Bibliotheca Real do Rio de Janeiro já contava com mais de 60 mil livros, como testemunha o padre Luiz Gonçalves Santos, sendo, então, "a primeira, e a mais insigne, que existe no Novo Mundo"<sup>10</sup>.

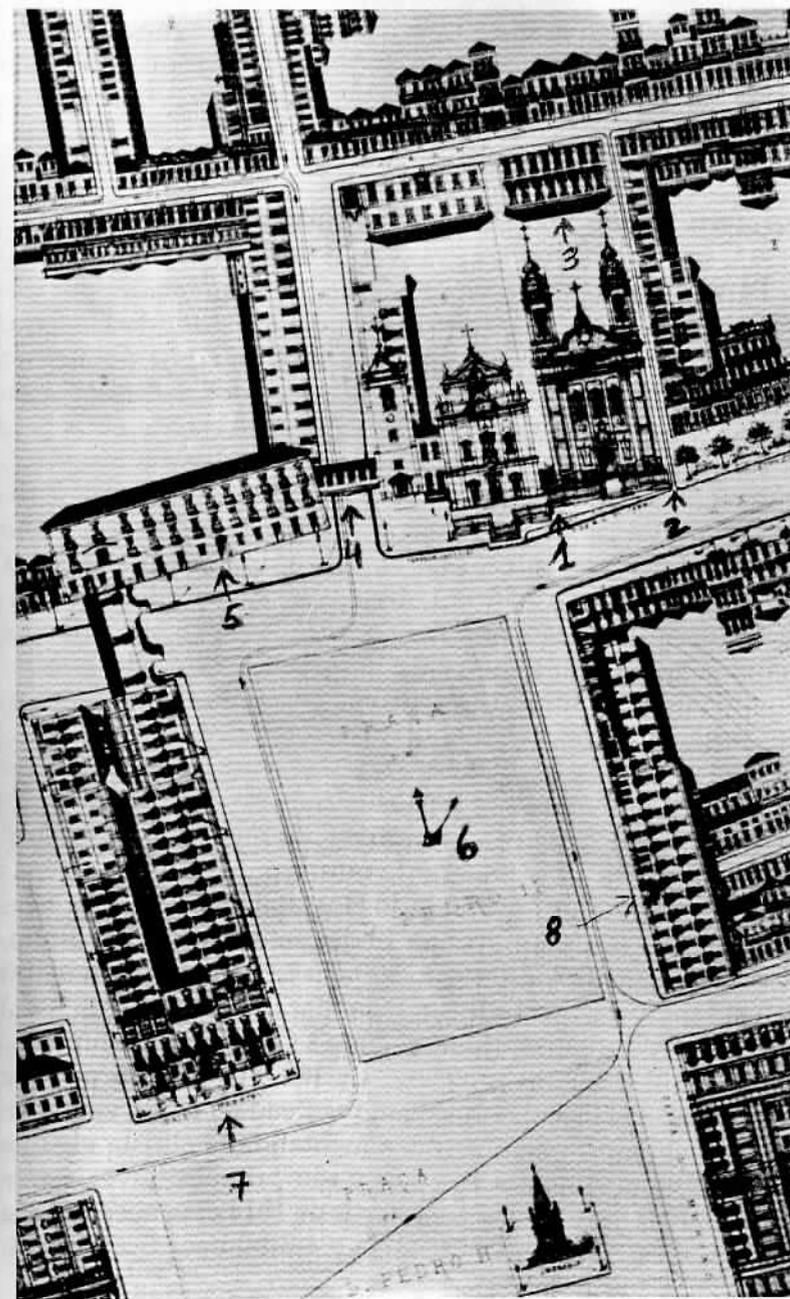
**Planta da Cidade do Rio de Janeiro  
elaborada entre 1812 e 1820**



As setas indicam a atual Praça XV, vendo-se, à direita, as duas igrejas geminadas, sendo a segunda a Igreja da Ordem Terceira do Carmo, em cujos fundos foi instalada a *Real Bibliotheca*, em 1808 (Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras).

**Legenda da foto da página 37**

- 1 - Beco do Carmo.
- 2 - Beco dos Barbeiros.
- 3 - *Real Bibliotheca*. Sua primeira localização. Tanto a fachada como o corpo do prédio ainda hoje em idênticas condições.
- 4 - Passagem que levava do Paço Imperial à *Real Capella*. Não existe mais.
- 5 - Prédio ainda existente. Atual reitoria da Universidade Cândido Mendes.
- 6 - Atual Praça XV.
- 7 - Entrada do Paço Imperial, tal qual ainda existe.
- 8 - Arco do Telles.



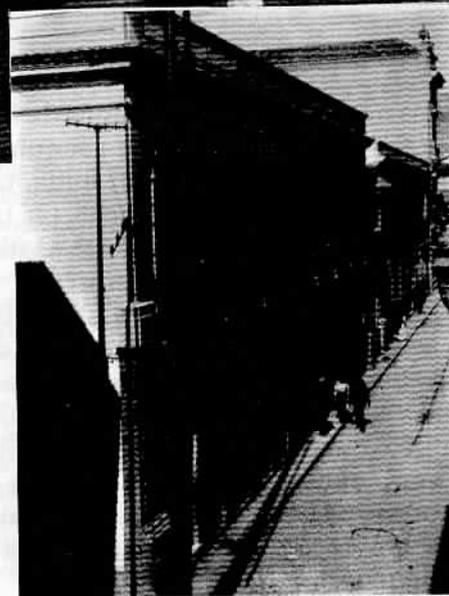
Estava salvo o grande acervo cultural português, salvo do incêndio, salvo da destruição e da pilhagem próprias de uma guerra, salvo dos perigos de uma longa e incerta travessia marítima.

### O primeiro pouso. Data oficial da fundação

Para acomodar o precioso acervo, foi requisitado, por decreto real de 27 de junho de 1810, o andar superior do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, nos fundos da igreja do mesmo nome, entre os atuais Beco do Carmo e Beco dos Barbeiros, com entradas pela Rua Direita, hoje Rua Primeiro de Março, e pela Rua do Carmo. Era o primeiro pouso da Biblioteca Nacional. Alguns meses depois, informado de que esse espaço era insuficiente e muito escuro, o príncipe regente revogou o decreto acima e determinou que, "sem embargo de quaisquer leis", a Biblioteca passasse a ocupar também as "catacumbas" ou porões do mesmo edifício, onde se podia ter "uma mais própria e decente acomodação para a dita livraria". O novo decreto foi assinado em 29 de outubro de 1810, e essa data foi oficializada como a da fundação da Biblioteca Nacional. Teria sido mais lógico ter-se arbitrado como a data oficial da fundação da Biblioteca o dia 27 de junho de 1810, quando ela foi realmente instalada, depois de ter ficado encaixotada, em diversos lugares, por mais de dois anos. Em 19 de outubro de 1810 ela apenas passou a ocupar mais um andar do Hospital da Ordem Terceira do Carmo. No ano seguinte, em 13 de maio de 1811<sup>11</sup>, a Biblioteca foi franqueada ao público, se bem que ainda de maneira seletiva, isto é, "aos estudiosos, que para isso obtinham, com facilidade, prévio consentimento régio". O autor do documento anônimo aqui já citado (*Anais*, v. 19, 1897, p. 232) afirma que essa concessão especial "nunca era regateada", o que vem provar, como veremos adiante, que a mentalidade elitista vigente na Metrópole portuguesa já sofria o seu primeiro revés, nesse contato com os ares do Brasil. A partir de 1814 essa necessidade de prévia autorização foi suprimida e a Biblioteca ficou plenamente aberta à população.



Beco dos Barbeiros. Vista da *Real Bibliotheca* (à direita) tomada da Rua do Carmo. Ao fundo, a Rua Direita, atual Rua Primeiro de Março, e uma das torres da Igreja da Ordem Terceira do Carmo.



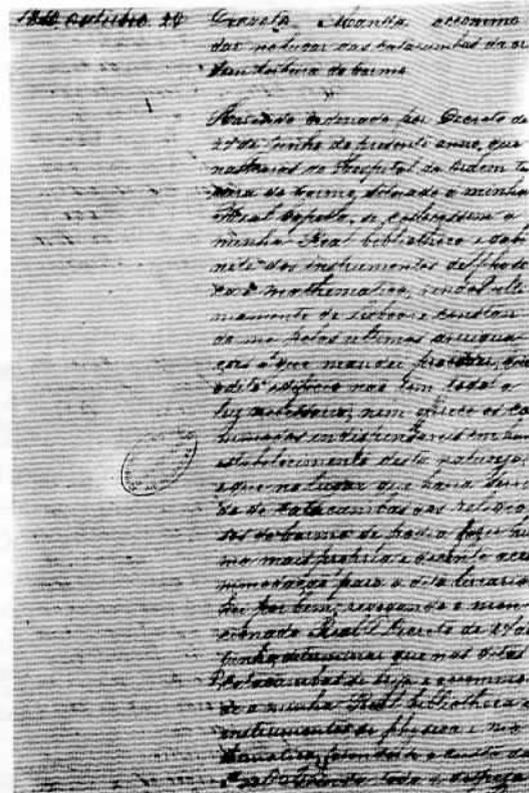
Rua do Carmo. À esquerda, fachada da *Real Bibliotheca*.

D. João VI, sempre descrito como um simples e bonachão comedor de franguinhos fritos, tinha lá suas qualidades intelectuais, diga-se, a bem da verdade. Já o cuidado e a preocupação em livrar a Biblioteca da sanha do exército francês o comprova. Em carta aos seus pais, em Portugal, Luís Marrocos, aqui chegado com a segunda leva de livros, e que foi muito elogiado pelo bom acondicionamento que lhes proporcionou, diz que o príncipe não economizava verbas especiais, mandava contratar carpinteiros e pedreiros para que a casa e a livraria ficassem "muito lindas e arranjadas"; e que sua alteza era bondosa e magnânima e freqüentava sempre a biblioteca, interessando-se pelas "coisas de artes e ciências"<sup>12</sup>. Em 1816, Marrocos afirma que a Biblioteca chegara "a um auge de esplendor e grandeza como talvez se não encontre em muitos Tribunais de primeira consideração do Reino" (*Ib.* Carta 98, p. 269). Em 1819 assegura que a Biblioteca "acha-se hoje mui rica e respeitável pelas impressões e compras, que tem tido, estando toda classificada em grandes salas" (*Ib.* Carta 148, p. 380).

#### Formação do acervo. Os primeiros "arranjadores e conservadores"

Quatro homens, todos portugueses, foram muito importantes nos vinte primeiros anos da Biblioteca: frei Gregório José Viegas, franciscano; padre Joaquim Dâmaso, do Oratório de Lisboa; frei Antônio de Arrábida, também franciscano; e Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Os três primeiros chegaram ao Brasil junto com a família real. O último deles, Luís Marrocos, aqui aportou mais tarde, em 1811, acompanhando a segunda leva de livros e peças para a Real Bibliotheca e logo foi designado zelador oficial dos Manuscritos da Coroa.

Para alojar essas novas peças e livros, o príncipe ordenou, em Aviso de 3 de novembro de 1812, que a Biblioteca tomasse, também, o andar térreo do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, onde já ocupava os porões e o andar de cima, terminando por invadir todo o prédio. Os doentes, ainda por ordem do Príncipe, foram transportados para outro local, na então Rua dos Ourives.



#### Transcrição:

1810. outubro. 29 - Decreto - Manda acomodar no lugar das catacumbas da Ordem Terceira do Carmo.

Havendo ordenado por Decreto de 27 de Junho do presente ano, que nas casas do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, situado à minha Real Capella, se collocassem a minha Real Bibliotheca e gabinete dos instrumentos de physica e mathematica, vindos ultimamente de Lisboa: e constando-me pelas ultimas averiguações a que mandei proceder, que o dito edificio não tem toda a luz necessária, nem offerece os commodos indispensaveis em hum estabelecimento desta natureza, e que no lugar que havia servido de catacumba aos Religiosos do Carmo se podia fazer huma mais propria e decente accommodação para a dita livraria: hei por bem, revogando o mencionado Real Decreto de 27 de Junho, determinar que nas ditas catacumbas se erija e accommode a minha Real Bibliotheca e instrumentos de physica e mathematica fazendo-se à custa da Real Fazenda toda a despeza conducente ao arranjo e manutenção do referido estabelecimento. O Conde de Aguiar, do Conselho de Estado, Presidente do Real Erario, o tenha assim entendido e faça executar por este Decreto sómente, sem embargo de quaesquer leis, regimentos ou disposições em contrario. - Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Outubro de 1810. - Com a rubrica do Principe Regente Nosso Senhor.

*Permissão Regente e Arcebispo. Não se tem permissão para  
 a Real Bibliotheca depositada em Real Junta da Fazenda  
 de Arcebispo de Lisboa João Gomes da Silva para consultar na  
 Real Bibliotheca as Obras de Sciencia Naturaes. Votamos que se  
 facultasse ao Vm. ce para este fim os Livros q elle pedir. Logo  
 a Vm. ce para q elle se execute.  
 Real Junta da Vm. ce em 3 de Dezembro de 1811*

*Conde de Aguiar*

*Joaquim Damazo*

Aviso real concedendo  
 permissão para consulta  
 à Bibliotheca.

**Transcrição:**

"O Principe Regente Nos-  
 so Senhor Ha por bem  
 permitir q o Sargento Mór  
 de Artilheria, e Deputado  
 da Real Junta da Fazende

da dos Arceneas do Exercito João Gomes da Silveira, possa consultar na Sua Real Bibliotheca, as Obras de Sciencia Naturaes, q nella houverem; a facilitando-lhe Vm. ce para este fim, os Livros q elle pedir. O que participo a Vm. ce para que assim se execute.  
 Deos Guarde a Vm. ce. Paço, em 3 de Dezembro de 1811.  
 Conde de Aguiar.  
 (Ao) Snr Joaquim Damazo.

Aviso real mandando que  
 se transfiram para a Real  
 Bibliotheca livros e ma-  
 nuscritos que ainda não  
 estavam lá depositados.

*O Principe Regente e Arcebispo. Não se tem permissão para  
 a Real Bibliotheca depositada em Real Junta da Fazenda  
 de Arcebispo de Lisboa João Gomes da Silva para consultar na  
 Real Bibliotheca as Obras de Sciencia Naturaes. Votamos que se  
 facultasse ao Vm. ce para este fim os Livros q elle pedir. Logo  
 a Vm. ce para q elle se execute.  
 Real Junta da Vm. ce em 2 de Fevereiro de 1812*

*Conde de Aguiar*

*Joaquim Damazo*

**Transcrição:**

"O Principe Regente  
 Nosso Senhor atten-  
 dendo ao q Vm. ce lhe repre-  
 sentou he Servido ordenar q os quarenta e oito Volumes de Folio desde o  
 Numero 92 ate o Numero 96 inclusive, q se achão na Caza onde estão os  
 manuscriptos da Coroa sejam mudados para a Bibliotheca Real onde existem  
 os mais do Infantado a q pertence, e q os trezentos e quarenta e trez Volumes  
 impressos q pertencem à Coroa, e q se achão na mema Caza sejam tambem  
 incorporados na Bibliotheca das obras impressas da mesma Coroa.  
 Deos Guarde a Vm. ce. Paço em 2 de Fevereiro de 1812.  
 Conde de Aguiar.  
 (Ao) Snr Joaquim Damazo.

Frei Gregório e o padre Joaquim Dâmaso, ambos bibliote-  
 cários régios foram, juntos, os primeiros encarregados do "ar-  
 ranjamento e conservação" da Real Bibliotheca, com o título de  
*Prefeitos*. Frei Gregório foi, em seguida, nomeado Bispo de Per-  
 nambuco (abril de 1820). Como a bula papal que oficializava  
 essa nomeação demorasse demais a chegar, ele declinou do  
 cargo e, em 1821, voltou com D. João VI para Portugal. O padre  
 Dâmaso ficou mais um ano e, em 1822, recusando-se a aderir à  
 Independência do Brasil, retornou à Europa onde, alguns anos  
 depois, veio a falecer, vítima de uma epidemia de *cholera morbus*  
 que grassava em Lisboa. Essa recusa à Independência, por parte  
 do padre Dâmaso, nos custou caro. "Este padre, não querendo  
 aderir à Independência do Brasil, voltou para Portugal, levando,  
 nessa ocasião, senão todos os manuscritos que lhe estavam  
 confiados, boa cópia deles, ou talvez, a sua máxima parte."<sup>13</sup> Isto  
 é, dos mais de 6 mil códices aqui existentes na época, o padre  
 Dâmaso levou de volta mais de 5 mil. Não conhecemos qualquer  
 documento que narre a possível luta que sem dúvida deve ter  
 havido, então, sobre o destino do acervo da Biblioteca, a não ser  
 que o padre Dâmaso levou de volta aqueles manuscritos, "pe-  
 sando-lhe, segundo dizia, de não poder fazer outro tanto aos  
 impressos"<sup>14</sup>. Pode-se, entretanto, imaginar o que terá havido  
 de pressões para que o rico acervo na sua totalidade voltasse  
 para Portugal junto com D. João VI ou com o padre Dâmaso, ou  
 até que poderosas forças o terão retido no Rio de Janeiro. O fato  
 é que o Brasil ganhou essa batalha, pois a Biblioteca ficou.

Luís Marrocos também ficou. Não era o que ele pretendia,  
 como dizia em suas cartas, mas foi ficando, casou-se, teve mui-  
 tos filhos e aqui morreu, idoso e bem de vida. No dia 18 de  
 dezembro de 1838 o *Jornal do Commercio* publicou esta nota:  
 "Faleceu hontem o Sr. Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, offi-  
 cial-maior da Secretaria de estado dos negócios do Imperio." A  
 Biblioteca Nacional muito lhe deve. Foi ele, também, quem deixou  
 escrito o primeiro problema que a Biblioteca teve em relação aos  
 salários dos seus funcionários: "A grande intriga, que ha, entre o  
 Conde de Aguiar e o Visconde de Va. Na. da Ra. sobre jurisdição  
 e governo da Bibliotheca, tem embarçado a cobrança do novo  
 aumento de Ordenado, que ja estava arbitrado; quando os gran-

des brigam, padecem os pequenos" (*Ib.*, Carta 15, 29 de fevereiro de 1812). Quatro anos depois, em 19 de julho de 1819 (Carta 144), o problema ainda estava por resolver: "Desde que fui nomeado Official de Secret<sup>a</sup>, ainda não recebi couza alguma dos meus Ordenados da Livraria, cujo Emprego todavia continuo a exercer, por Ordem de S. Exa., apesar de que o Visconde tem feito grde. força pa. me esbulhar delle, encaixando no meu lugar os seus afilhados (...) reputando o Emprego vago." Em outra de suas cartas, Marrocos relata o trabalho que teve para fazer "uma memoria litterária e critica" sobre os manuscritos da Coroa aqui chegados, uma vez que, transportados de trambolhão e pela pressa em livrá-los da sanha dos franceses invasores, ninguém sabia o que encerravam. Devemos a ele, também, a notícia de que, em 1818, por sua iniciativa, foram enviados para a "Bibliotheca Publica da cidade da Baia" os "livros dobrados" (i. é, em duplicata) da Bibliotheca Real, quase todos versando sobre Teologia, "no total de trinta e sete caixões" (*Ib.*, p. 10). Foi Marrocos ainda quem forjou o nosso primeiro plano sistemático de classificação para o arranjo dos códices (*Ib.*, p. 10).

Frei Antônio de Arrábida foi o primeiro a receber o título de Bibliotecário, título que substituiu o de *Prefeito*, depois da Independência. Desde os 28 anos de idade frei Antônio era conselheiro real e, no Brasil, foi preceptor dos príncipes D. Pedro e D. Miguel. Sua nomeação foi referendada por José Bonifácio. Em 1831, este frade, que chegou a acumular a direção da Real Bibliotheca com a de reitor do Colégio Pedro II, renunciou à direção da Biblioteca, passando o cargo ao cônego Felisberto Pereira Delgado, encarregado oficial da classificação e conservação dos manuscritos e Bibliotecário interino. Essa interinidade do cônego Delgado iria trazer um sério problema para a instituição. Por decreto imperial, de 12 de agosto de 1833, ele foi substituído pelo padre Francisco Goulart. Alegando, porém, que não existia interinidade na sua função, e que o cargo de Bibliotecário era vitalício, o cônego Delgado se recusou a dar posse ao novo titular e não lhe passou nem as chaves, nem os papéis da Biblioteca, nem desocupou os alojamentos destinados ao Bibliotecário. Não adiantaram os conselhos nem as ameaças. O cônego não cedia. Dizia que tinha lá os seus direitos. Em 28 de setembro ele foi intimado, "por aviso do Ministério do Im-

pério", entregue pessoalmente pelo chefe de polícia da Corte, a desocupar os alojamentos e a dar posse ao seu sucessor, mas, mesmo assim, o cônego não se abalou. Só em 21 de outubro, por força "de mandado de despejo" exarado pelo juiz da 1<sup>a</sup> Vara Cível da Corte, com prazo fixo de 8 dias para ser executado, é que o cônego Delgado se dignou a ceder os seus alojamentos ao Pe. Goulart<sup>15</sup>.

Apenas para que se tenha uma idéia do que foi o trabalho desses pioneiros, vamos anotar algumas das suas mais importantes aquisições que, junto com o que veio de Portugal, constituem o núcleo do acervo atual da Biblioteca Nacional.

A principal aquisição feita no Brasil foi, sem dúvida, a obra de frei José Mariano da Conceição Veloso, o famoso Frei Veloso, grande botânico, professor e desenhista, que voltou de Portugal para morrer no Rio de Janeiro. Frei Veloso era mineiro, da cidade de Tiradentes. Em 1811, o superior do Convento de Santo Antônio, no Largo da Carioca, Rio de Janeiro, doou os impressos e manuscritos do sábio frade ao príncipe regente, que certamente os recebeu. Com a volta de D. João para Portugal, a obra não foi mais encontrada e chegou a ser dada como perdida. Só em 1825 frei Antônio de Arrábida a encontrou na própria Biblioteca e, por ordem de D. Pedro I, mandou imprimir parte dos manuscritos, incluindo aí a *Flora Fluminense*, em 11 volumes. O texto foi impresso na Tipografia Nacional do Rio de Janeiro, e as estampas, em Paris, na Oficina Litográfica de Senefelder (*Anais*, v. XI, 1883, p. 569 e ss).

Em 1815, foi comprado o espólio do Dr. Manuel Ignacio da Silva Alvarenga, e, em 1818, a riquíssima coleção do arquiteto José da Costa e Silva, uma "coleção de desenhos feitos a mão, estampas, camafeus, moldes etc.", da qual faziam parte numerosos originais de obras de grandes artistas italianos.

Em 1819, foi comprada a valiosa coleção do conde da Barca. Esta compra ficou famosa por ter sido cercada de fatos no mínimo escusos, para não falarmos de roubo, por parte dos herdeiros do conde e do próprio governo português. Os *Anais da Biblioteca*, nos volumes II e XI (1876 e 1883), em três longos estudos, relatam minuciosamente o caso. Em primeiro lugar, a coleção contava com 2 365 obras, raras e valiosas, em 6 329 volumes, pelos quais a Biblioteca pagou a quantia exorbitante

de 76 mil contos de réis. Isto porque o representante jurídico da família do morto "provou" que a quantidade de livros era de 74 mil e não apenas de 6 mil e algo. É bom que não se esqueça do nome do astucioso causídico: Dr. João Piombino. Estudos posteriores revelaram que, sem sombra de dúvida, o total dos livros era, realmente, de 6 mil e poucos volumes. A segunda empulhação não foi menos grave: a coleção do conde da Barca foi arrematada por D. João VI, ficando, assim, arrolada como um bem pertencente a Portugal. Ora, quando a Biblioteca Nacional foi comprada e paga, pelo Brasil, ao reino português, esses livros, assim como tudo o mais que pertencia à Biblioteca, ficaram juridicamente quitados. Como é que o Brasil teve de, novamente, pagar por esses livros? Em resumo: pagamos duas vezes por 74 mil livros que, na realidade, não chegavam a 7 mil! Mas, veremos adiante, quando tratarmos da compra da Biblioteca, que este não foi o único nem o menor de todos os calotes que D. Pedro I engoliu para que Portugal "reconhecesse" a nossa Independência<sup>16</sup>.

A Biblioteca, antes disso, não cessava de crescer.

Em 1824, foram comprados mais 1 590 volumes do espólio do Dr. Francisco de Mello Franco, onde se contavam obras de teologia, direito, ciências, artes, belas-artes, história e clássicos.

Em 1832, foi incorporada a coleção do marquês de Sto. Amaro, contendo 115 pastas de material relativo ao Gabinete do próprio marquês e à administração do príncipe regente; e mais 122 outras pastas, enviadas por Francisco Gomes da Silva, o famoso Chalaça, com papéis de expediente secreto de secretarias de Estado de Portugal, que foram posteriormente trocados, com o governo português, por papéis de maior valia para o Brasil.

Em 1838, a Biblioteca recebeu cerca de 5 mil volumes dos herdeiros de José Bonifácio de Andrada e Silva, na maior parte obras alemãs, sobre diferentes ramos das ciências naturais, literatura, manuscritos e cartas autografadas por personagens de diversos países, que mantiveram correspondência com o chamado "patriarca" da Independência.

Daí até 1852, inclusive, não há documentação referente a novas aquisições de grande monta.

Em 1853, foram adquiridos em leilão 2 785 livros, de 1 717 títulos, e mais 1 291 documentos manuscritos do bibliófilo italiano, que morava na Argentina, Pedro De Angelis, coleção esta rica em obras sobre viagens, história em geral, fatos e estudos sobre o Rio da Prata e o Uruguai, depois da sua separação das províncias argentinas, livros de filosofia, mapas, planos e plantas de diversos territórios e rios da América Meridional, e periódicos publicados tanto no Uruguai como na Argentina. Enfim, uma coleção riquíssima, que até hoje tem sido uma inesgotável fonte de estudos.

Nesse mesmo ano foram ainda incorporados, por disposição testamentária, 42 volumes de valiosos manuscritos do espólio do médico naturalista Antônio Corrêa de Lacerda, onde se encontram estudos inéditos sobre história natural, notadamente sobre vegetais do Pará e do Maranhão e suas aplicações medicinais e econômicas, enriquecidas com 208 estampas coloridas.

Entre 1854 e 1870 não houve aquisições de maior vulto. O acervo continuava a crescer através de assinaturas de periódicos estrangeiros, de peças oficiais e à base das propinas. Antes que o leitor conclua, erradamente, que essas *propinas* eram um tipo de esperteza ou de empulhação – que é o sentido vulgar que a palavra tem hoje –, digamos que nessa época dava-se ao termo a sua significação primitiva na língua latina: *dãdiva, oferta*. Por força de alvará de 12 de outubro de 1805, de toda e qualquer edição publicada em Portugal, e depois, na *Impressão Régia* do Rio de Janeiro, devia-se "ofertar" pelo menos um espécime à Biblioteca da Corte. Este alvará era a semente do que viria a ser, pelo Decreto de 20 de dezembro de 1907, o atual *Depósito Legal*<sup>17</sup>.

Foram estes, resumidamente, os primeiros anos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O seu primeiro instrumento administrativo oficial só veio aparecer em 1821, com os *Estatutos da Real Bibliotheca*. Em 13 de setembro de 1824, o Brasil já independente, foi aprovado um novo regulamento – *Artigos Regulamentares para o Regimento da Bibliotheca Imperial e Publica* – redigido por frei Antônio de Arrábida<sup>18</sup>. Além da troca da palavra *Real* por *Imperial*, o novo regulamento mudou, também, o título do seu Administrador maior, que, em vez de prefeito ou zelador, passou a chamar-se

Primeiros Estatutos da  
Real Bibliotheca, no  
Brasil, aprovados por  
D. João VI. 1821. (Bibl.  
Nac. Seç. de Obras  
Raras.)

# ESTATUTOS DA REAL BIBLIOTHECA.

MANDADOS ORDENAR POR SUA Magestade.



RIO DE JANEIRO.

NA REGIA TYPOGRAPHIA.

1821.

Folha de rosto e al-  
guns dos 32 parágra-  
fos que compõem os  
Estatutos.

§. I.

A Real Bibliotheca, Alia preciosa da  
Coroa de Portugal, que tantos disvellos  
tem merecido, e de que tantos benefi-  
cios, e honra pode resultar ao Estado  
(e já se tem experimentado) estará  
sempre debaixo das Ordens, e direção  
do Mordomo Mór, ou Ministro Secre-  
tario d'Estado dos Negocios do Reino  
que servir de Mordomo Mór; e todas as  
dependencias, e negocios relativos à  
dita Real Bibliotheca correrão privativa-  
mente, e com inteira independencia  
d'outro qualquer Ministro; e por isso elle

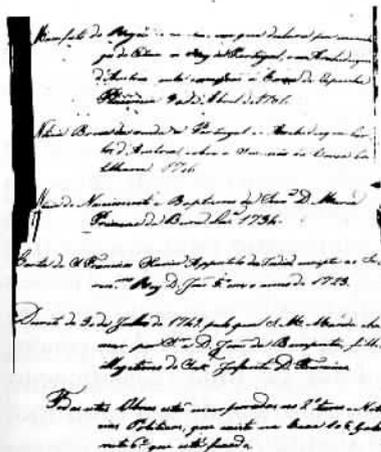
ouvirá as propostas dos encarregados,  
e lhes dará as resoluções que julgar  
mais adequadas.

§. III.

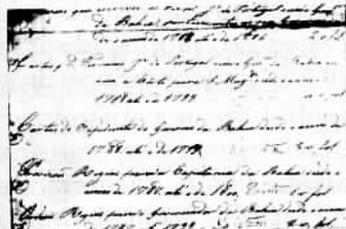
Haverá em a Real Bibliotheca hum Pre-  
feito, hum Ajudante, dois Escreventes,  
e os Serventes que forem precisos.

§. XXVII.

Sempre que para o serviço das Pes-  
soas Reaes se fôr buscar á Bibliotheca  
alguma obra se entregará logo fazen-  
do-se assento da Pessoa Real para que  
foi, e de quem a levou.



Exertos do 1º Catálogo da Biblioteca  
Nacional, organizado por Frei Antônio  
de Arrábida, seguindo determinação  
dos Estatutos de 1821, no seu § XVI.



### Transcrição:

- Manifesto do Rey de Espanha, em que declara por inimigos do Estado ao Rey de Portugal, e ao Archiduque d'Austria, pela successão á Coroa de Espanha. Placencia, 30 de Abril de 1704.
- Noticia Breve da vinda a Portugal do Archiduque Carlos d'Austria, sobre a Successão da Coroa Castilhana. 1706.
- Noticia do Nascimento e Baptismo da Snr<sup>a</sup> D. Maria Princeza da Beira. Lx<sup>a</sup> 1734.
- Carta de S. Francisco Xavier Appostolo da India, escripta ao Seren<sup>mo</sup>. Rey D. Joaõ 5<sup>o</sup> em o anno de 1723.
- Decreto de 30 de Julho de 1749. pelo qual S.M. Manda chamar por S<sup>r</sup>. a D. Joaõ da Bemposta, filho illegitimo do Infante D. Francisco.
- Todas estas Obras estão encorporadas no 2<sup>o</sup> tomo=Noticias Politicas, que existe na Caixa 105. Gabinete 6<sup>a</sup>. que está fixado.
- Portarias que escreveo D. Fern<sup>do</sup> J<sup>o</sup>. de Portugal sendo Gov<sup>or</sup>. da Bahia, pertencentes ao seu Governo desde o anno de 1778 até o de 1796. 2v. fol.
- Cartas q D. Fernando J<sup>o</sup>. de Portugal sendo Gov<sup>or</sup>. da Bahia enviou a Côrte para S. Mag<sup>de</sup>. desde o anno de 1788 até o de 1799. 4v. fol.
- Cartas do Expediente do Governo da Bahia desde o anno de 1788 até o de 1799. 4v. fol.
- Provisões Regias para a Capitania da Bahia desde o anno de 1787 até o de 1800. 1v. fol.
- Ordens Regias para o Governador da Bahia desde o anno de 1777 até o de 1799. 2v. fol.

Bibliotecário. Lendo os dois textos, o de 1821 e o de 1824, não se nota muita diferença entre um e outro, em termos de organização. Ambos contêm uma regulamentação básica, pouco técnica, apenas as regras essenciais para a administração da Casa e do acervo. Os prefeitos, zeladores ou bibliotecários zelavam mais pelo aumento, pelo crescimento do acervo, do que pela sua conservação, pela sua manutenção ou mesmo pela sua organização técnica. Não economizando os maiores elogios a esses primeiros "arranjadores" e "conservadores", pelo seu capricho em enriquecer o acervo, muitas críticas foram lançadas, posteriormente, contra o desmazelo, a falta de uma classificação mesmo primária das peças, e contra a ausência de um catálogo. Os estatutos e regulamentos, como dissemos, não ultrapassavam os limites das generalidades, do arranjo do prédio, dos títulos outorgados aos administradores, da arrumação dos móveis. Por falta de conservação e de atenção, muitas obras de grande valor acabaram inutilizadas e não poucos empréstimos deixaram de ser recuperados.

#### A Independência. A compra da Biblioteca

Em 29 de agosto de 1825, a então Bibliotheca Imperial e Publica da Corte estaria mais uma vez no centro de graves decisões políticas. Proclamada a Independência do Brasil em 7 de setembro de 1822, Portugal apresentou uma série de exigências, em forma de indenizações, totalmente descabidas, uma vez que eram feitas a um país já independente e soberano, que por mais de três séculos sustentara e pagara quase todas as despesas de uma metrópole então pobre e decadente. Não fosse o imperador do Brasil filho do rei de Portugal e não sonhasse esse imperador colocar um dia, em sua cabeça, a coroa do reino paterno, na certa tais exigências não teriam sido tomadas em consideração. Enfim, atendendo à Convenção Adicional ao Tractado de Paz e Amizade, de 29 de agosto de 1825, D. Pedro I se submeteu à exigência de seu pai, e pagou, a título de indenização à Família Real Portuguesa, por suas propriedades que ficaram no Brasil, a quantia, naquela época exorbitante, de dois milhões de libras esterlinas, tomadas por empréstimo à Coroa britânica, com juros de 5% ao ano<sup>19</sup>. Entre essas proprie-

dades encontrava-se justamente a Biblioteca Nacional, que foi definitivamente incorporada ao Império do Brasil.

Existe uma lenda, aqui e em Portugal, segundo a qual a Biblioteca Nacional teria sido um dom do príncipe, ou um presente magnânimo dos portugueses, ou, até mesmo, que ela aqui ficou, não voltando portanto ao seu lugar de origem, Lisboa, por esperteza e malandragem dos cariocas.

Tudo isso é falso. A publicação portuguesa *Panorama*, de 1844, na página 229, aceita essa lenda e vota pela primeira alternativa: "Deve a Cidade do Rio de Janeiro a bibliotheca publica que hoje possui á generosidade do príncipe regente." É falso. A Biblioteca Nacional foi comprada ao príncipe, e regamente paga, tendo sido o seu preço avaliado, em moeda da época, em 800 contos de réis, quantia considerada, então, exorbitante. A discussão em torno de alguns detalhes da Convenção Adicional ao Tractado de Paz e Amizade, que poria um fim às exigências portuguesas e faria com que Portugal reconhecesse oficialmente a nossa Independência, não brilhou pela cordialidade nem pela justiça. Tudo o que os portugueses trouxeram ou ganharam no Brasil, durante a época colonial, até mesmo a viagem de ida e volta de D. João VI e da sua corte foi pago pelo Brasil, e muito bem pago, regamente pago, e em moeda forte. O Brasil teve de pagar, ainda, todos os bens e objetos que os portugueses não puderam ou não quiseram levar para a sua terra, como as fazendas, ranchos e quintas que aqui possuíam, metade da dívida pública de Portugal, a Biblioteca Nacional, as equipagens, as pratas, os navios, os soldos atrasados dos militares, as armas que não se puderam transportar etc. etc. O historiador português Rocha Martins, escandalizado com as exigências dos seus compatriotas e a ingenuidade dos brasileiros em aceitá-las, diz que só faltou os portugueses exigirem do Brasil, e os brasileiros pagarem, "as suas árvores gigantescas, as suas aves polícromas, as suas vastas águas e as minas profundas, a cintilação do seu sol e dos olhos de suas mulheres, as cristas

\* Bem mais recentemente, 1992, os historiadores portugueses Manuela D. Domingos, Inês Lopez e A. Braz de Oliveira escreveram, em artigo conjunto, que "no regresso a Portugal, D. João VI trouxe apenas os 'Manuscritos da Corte', tendo doado ao Brasil a Bibliotheca Real" (in *Boletim da ANABADA*, Madri, n° 3-4, jul.-dec. de 1992, p. 370).

dos seus montes, os animais exóticos das suas florestas<sup>20</sup>. O mesmo historiador é explícito quando se trata da Biblioteca: "Vendia-se-lhe, por 800 contos, a bibliotheca real." E ainda se pagava duas vezes e por um preço superfaturado, a coleção de livros do conde da Barca.

*Abanda Sua Magestade e Imperador pela Secretaria de Estado dos Negocios de Imperio que a Bibliotheca da Bibliotheca Imperial e Publica de Lisboa, Frei Antonio de Arrabida, providencia a formacao de hum catalogo das obras duplicadas, que existiram na mesma Bibliotheca, e a sua competente avaliacao em preços convenientes e razoaveis, segundo a sua raridade e conveniencia; annunciada a sua venda ao Publico, distribuindo as mencionadas obras em lotes, formados por miscellaneous das de maior e menor estimacao, e cujo producto se va applicado a beneficio da referida Bibliotheca Publica de Lisboa em 22. de Novembro de 1822.*

*João Bonifacio de Arrabida colliu.*

1822. Normas para a venda de livros da Biblioteca Nacional.

### Primeiras tentativas de organização. Frei Camillo de Monserrat

A Biblioteca, não se pode negar, já era uma realidade, pelo menos em termos de acervo. Era tempo de galgar uma nova etapa, em busca de uma organização mais moderna, o que exigia a presença de uma pessoa competente, com grande visão daquilo que deveria ser uma Biblioteca Nacional, e que tivesse um temperamento forte e estivesse decidido a enfrentar os problemas estruturais da Casa e a falta de perspectiva cultural dos políticos, patenteada nos endêmicos cortes de verba e em descabidas interferências na vida interna e nas mais banais rotinas da Biblioteca. Esse homem providencial foi frei Camillo de Monserrat, que presidiu a Casa de abril de 1853 até a sua morte, em novembro de 1870, dezessete longos e sofridos anos. Sua luta pela organização técnica da Biblioteca, por um

novo prédio mais bem adaptado às suas necessidades e por um mínimo de autonomia em sua gestão – uma luta cheia de derrotas, porém incansável –, foi eternizada por seu sucessor, o Dr. Ramiz Galvão, num alentado estudo biobibliográfico de 520 páginas, publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional* (Vol. XII, 1884-85).

Dissemos há pouco que entre 1854 e 1870, justamente durante a gestão de frei Camillo, não tinham havido aquisições de grande vulto que aumentassem sensivelmente o acervo da Casa. Teria sido frei Camillo culpado por essa súbita parada na formação do acervo da Biblioteca Nacional? Não, afirma o seu biógrafo. É também falsa outra acusação, segundo a qual frei Camillo teria deixado de lado, talvez por desânimo, o seu múnus de administrador, aproveitando-se das facilidades oferecidas pela Biblioteca para se dedicar a um trabalho pessoal de historiador, paleólogo e pesquisador de textos clássicos. Sigamos, passo a passo, o depoimento do seu biógrafo, no capítulo VII desse estudo.

Os administradores da Biblioteca anteriores a frei Camillo, como já dissemos – frei Antônio de Arrábida, cônego Delgado, padre Goulart, cônego Barbosa e Dr. Moniz Barreto –, foram quase todos grandes compradores de livros e de outras peças importantes para o acervo – e não podemos diminuir os seus méritos neste particular –, mas, também, foram mestres em generalidades, muito mais políticos do que administradores. Ramiz Galvão é bastante severo: "pouco fizeram em verdade a bem da instituição, limitando-se as mais das vezes ao ordinário expediente, a mandar copiar alguns velhos catálogos ou a fazer novos índices incompletos, sumários e incorretíssimos" (p. 112). Um mês depois de ter tomado posse, frei Camillo já dirigia ao governo um longo ofício, datado de 7 de maio, em que destacava os principais problemas da Biblioteca e apontava soluções adequadas. Achamos interessante transcrever o resumo de Ramiz Galvão, não apenas por ser um retrato das deficiências e do triste estado em que a Biblioteca se encontrava, como também por revelar "o perfeito conhecimento profissional com que frei Camillo encetou a sua administração" (pp. 112-114).

“Começamos por lamentar a imperfeição dos velhos regulamentos já quase derrogados pelo uso, e propondo-se a offerer um projeto de nova lei orgânica, passou frei Camillo aos pormenores seguintes (...):

- “redigir quanto antes um inventário descriptivo da Bibliotheca;

- modificar o processo de inscripção dos livros emprestados, legalmente depositados, dos comprados e offercidos, substituindo a ordem alphabetica pela chronologica;

- alterar o methodo na disposição material dos livros, de modo a evitar a confusão dos formatos, e a das materias tanto quanto possível;

- restituir os polygraphos aos seus lugares competentes;

- reunir os clássicos antigos, que não se achavam distribuidos conforme o uso a que eram destinadas as edições, mas segundo a natureza dos escriptos;

- encher os espaços vazios nas estantes, para não sacrificar ao desejo de seguir uma classificação illusória os interesses mais preciosos da boa conservação dos livros, e visto que o catálogo systemático é o verdadeiro e unico representante da ordem lógica;

- alterar o systema de numeração dos livros então adaptado, e substituí-lo pelo processo, que depois se executou e ainda hoje vigora;

- redigir inventário especial de cada um dos generos de riquezas, de que se-compunha a Bibliotheca, isto é, 1 de livros impressos; 2 de manuscritos; 3 de mapas, planos e estampas; 4 de desenhos originaes, pinturas, estatuas e mais objetos d’arte;

- proceder à restituição immediata das obras raras e preciosas, manuscriptos e até desenhos originaes de Fra. Mauro, que haviam sido emprestados a particulares, com grave risco de extravio ou estrago;

- preencher quanto antes as numerosas lacunas existentes nas colleções de Leis e Decretos do Imperio, de Relatórios dos vários ministérios e das presidências de provincia, que por singular anomalia se-achavam incompletos e truncados;

- substituir boa parte dos grosseiros móveis da repartição, adquirir outros e reparar o edificio arruinado;

- finalmente, prover a Bibliotheca do material necessário para o catálogo systemático, e até comprar um sinete para estampar livros, que não existia.”

Desculpamo-nos por ter imposto ao leitor esta longa citação. Achamos importante, insistimos, mostrar o quanto se pode inserir deste texto, no tocante ao estado precário e mesmo primitivo da Bibliotheca, relativamente aos seus métodos de catalogação, de organização e até de segurança. Num único texto, repetimos, podemos ver as deficiências da Casa e, ao mesmo tempo, a visão ampla, precisa e técnica de frei Camillo.

Estamos diante de um homem inteligente e, sobretudo, persistente. Ele não teve resposta a este seu primeiro pedido. Mas não desanimou. Uma semana depois enviou novo officio ao governo imperial na tentativa de aperfeiçoar o Decreto nº 433, de 3 de julho de 1847 (determinando a remessa à Bibliotheca de um exemplar de todos os “impressos”), que se prestava a diferentes interpretações; alerta sobre o fato de não haver corretivo suficiente para coibir as infrações a esse decreto (uma multa insignificante); critica o fato de o decreto se referir apenas às remessas dos impressos produzidos na Corte, o que privava a Bibliotheca do valioso contingente de publicações regionais. Em vez de uma resposta positiva e pessoal, frei Camillo foi brindado por um decreto e instruções que simplesmente confirmavam todos os erros do Decreto 433.

Em 23 de julho do mesmo ano, a duras penas, frei Camillo conseguia a aprovação de um contrato para a importação de livros da Europa, através dos livreiros Didot, Belin e L. & Marizot, que teve de ser rescindido, por não terem os commerciantes cumprido a sua parte do contrato.

Em 4 de novembro o frei solicitou ao Governo que ordenasse às provincias e às delegações brasileiras nos diversos países das Américas o envio de informações sobre periódicos e publicações officiais e particulares, assim como sobre manuscriptos existentes nos arquivos das delegações. Foi mais uma decepção: “das provincias foi sempre diminutissimo o número de publicações que lhe remetteram, e das nossas legações não obteve jamais uma só relação de manuscriptos... É um facto hoje reconhecido, que, salvo casos bastante raros, os nossos diplo-

matas se preocupam muito pouco com objetos dessa natureza" (p. 118). Em janeiro de 1856, frei Camillo, sempre persistente, teve a idéia de solicitar cópia de documentos existentes nos arquivos municipais, que tivessem interesse histórico ou administrativo, para catalogá-los. Mais uma vez não obteve resposta. Enquanto isso, não era difícil encontrar esses papéis nas mãos de colecionadores particulares, que os compravam ou os recebiam como brinde por favores interesseiros. Quis obter cópia de todas as inscrições existentes nos monumentos públicos da Corte e das províncias, para um catálogo epigráfico. Nada conseguiu. Quanto ao grande catálogo planejado por frei Camillo - "é esse o primeiro dever do officio, nem se pode conceber Bibliotheca sem essa fonte de luz e sem esse fio conductor, que o público estudioso reclama com razão. Maus catálogos fazem de uma riquíssima colleção de livros um thesouro imprestável; bons, duplicam o valor de uma bibliotheca às vezes mediocre" (p. 121) -, foi mais um sonho que não se realizou. Se não faltava competência ao administrador, faltava interesse da parte dos poderes públicos, que negavam verbas e ainda enviavam para trabalhar na Biblioteca pessoas que, "salvo poucas excepções, eram todas destituídas de habilitações clássicas, e algumas d'ellas verdadeiros illiteratos, que só por ironia se achavam empregados em tractar dos livros... e nem havia hypothese de fazer aquisições de homens mais habilitados, porque os ordenados eram ridículos" (p. 122). Em nota, o autor acrescenta: "eram mais bem retribuidos os porteiros de Secretarias, e mais valia sem dúvida ser ajudante de pedreiro do que pesquisador, amanuense ou bibliothecário".

Era uma situação desanimadora. Durante 17 anos frei Camillo solicitou ao Governo um orçamento próprio para a Biblioteca, "mas os poderes públicos foram surdos". Teimoso e sempre esperançoso, ele continuava enviando os seus officios às autoridades: "representou, rogou, suplicou e tudo isso foi um cansar-se debalde, porque os nossos administradores tinham questões eleitorais a resolver com preferencias, tinham interesses particulares a patrocinar, tinham política d'aldêa a discutir - só não tinham tempo nem coragem para reclamar da Assemblêa um pouco de verba afim de melhorar o setor da Bibliotheca Pública, cheia de quasi analphabetos" (p. 123).

A Biblioteca estava ligada diretamente ao Império, não a uma autoridade qualquer. E a arrogância e a centralização do poder eram tantas que, além de esses nobres senhores nada concederem à instituição, se excediam no cuidado de, acima de tudo, ressaltar a sua autoridade. Imiscuíam-se nas coisas menos relevantes, interferiam nas mais simples resoluções tomadas pelo Bibliotecário, tiravam-lhe qualquer iniciativa, independência e autonomia. O biógrafo de frei Camillo anota alguns casos bem significativos, um dos quais vale a pena citar: o Marquês de Olinda, por aviso de 11 de abril de 1863, como se não tivesse coisa mais importante a fazer, repreendeu, asperamente, e por escrito, o bibliotecário por ter este mandado encadernar alguns livros sem a sua expressa autorização (p. 126). Transformava-se desta maneira o diretor da Biblioteca em mero encarregado "de sacudir o pó dos incunábulos", não por sua culpa, pois frei Camillo foi um dos diretores que melhor percebeu os problemas da Biblioteca e um dos que com mais acuidade e persistência lhe apontaram soluções tecnicamente plausíveis. Ramiz Galvão resume: "impuseram-lhe a mais rigorosa tutela, e elle não teve em 17 anos liberdade de comprar um livro, de assignar uma revista estrangeira, de encadernar uma brochura, de dar nome ás proprias salas da Bibliotheca, e o que mais é, de acceitar um presente offerecido por quem fôsse á sua repartição, sem pedir o beneplacito á Secretaria de Estado" (p. 127).

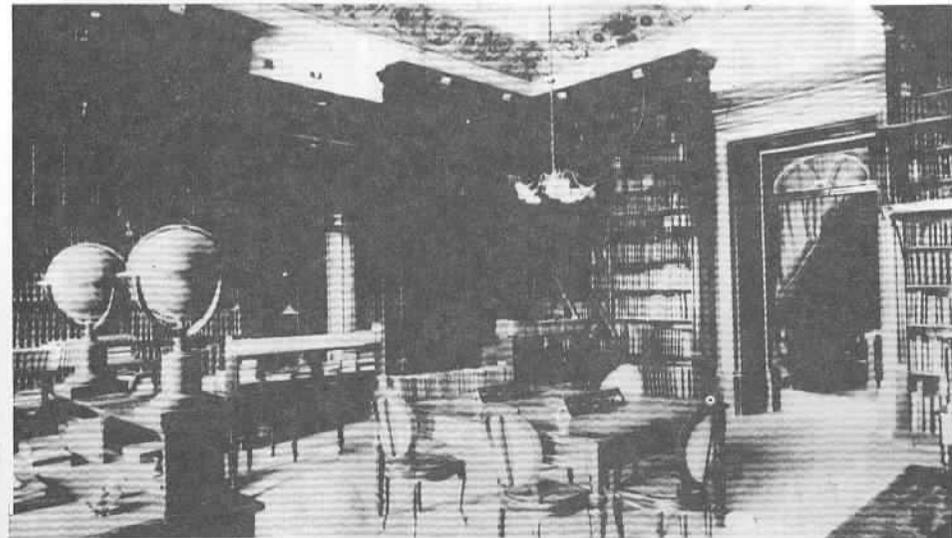
#### **Um novo prédio para a Biblioteca. Rua do Passeio, Lapa**

Aproximando-se do seu cinquentenário, a Biblioteca já não cabia no velho prédio, acanhado e impróprio, do Beco do Carmo. Além do que, os provedores do Carmo, proprietários do prédio, reclamavam há tempos a sua devolução. O infatigável frei Camillo, no meio de tantas desilusões, começou uma nova luta, dessa vez pela transladação da Biblioteca para um prédio mais bem adaptado ao seu fim próprio, e não queria aceitar soluções paliativas ou remendos que simplesmente adiassem a solução dos problemas existentes. Por medida de economia lhe



Segunda localização da Biblioteca Nacional, entre 1858 e 1910, na Rua do Passeio, local onde se encontra hoje a Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

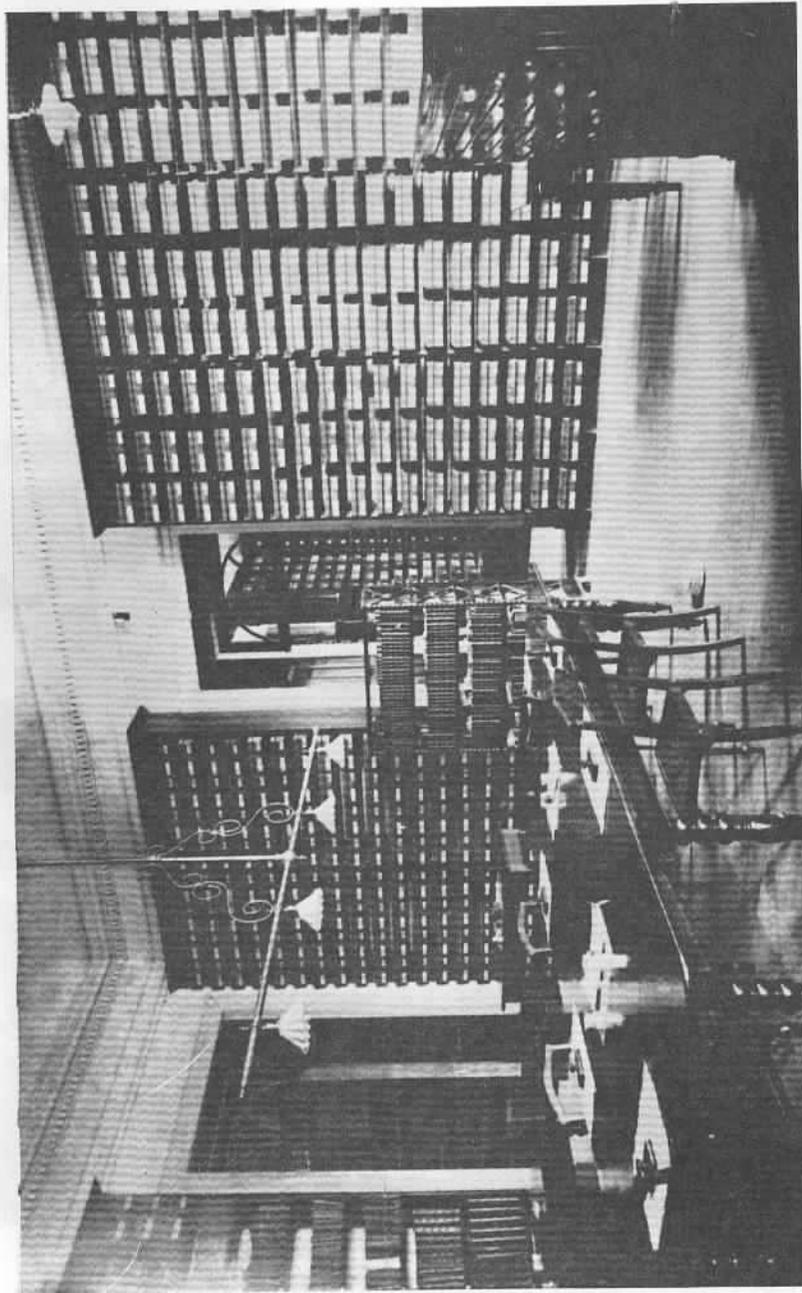
### Três ambientes da Biblioteca Nacional da Rua do Passeio



Sala de Leitura



Sala de Mapas e Iconografia



Sala de Periódicos

foi indicado o Recolhimento de N. Sa. do Parto. Frei Camillo não aceitou, achando-o igual ou pior do que o prédio do Beco do Carmo. Foi-lhe oferecido então um quartel, que, nesse ano de 1854, entrava em fase de reconstrução. O frei também não o aceitou, por não ser adequado a uma biblioteca daquela envergadura. Havia um belo e espaçoso prédio na esquina da Rua do Passeio com a Rua das Marrecas, construído segundo planos de Grandjean de Montigny, que agradava ao frei Camillo. Desta vez foi o Governo que não quis. A simples promessa, porém, da doação de um novo prédio já parecia um milagre, obra de alguma força superior que havia trazido essa Biblioteca de Portugal para o Rio de Janeiro, livrando-a de uma guerra e das fúrias do mar, e a conservava viva, quase cinquenta anos depois, apesar de tanto descaso e de tanta incompreensão. A materialização desse milagre se produziu pela oferta de um edifício situado no Largo da Lapa, hoje Rua do Passeio, onde atualmente funciona a Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)<sup>21</sup>. O prédio era de construção sólida, com vastas acomodações, de certa beleza arquitetônica e facilmente adaptável àquela finalidade.

No dia 20 de fevereiro de 1855, foram entregues as chaves do novo prédio ao frei Camillo, que imediatamente tratou de fazer as reformas internas mais urgentes. Três anos duraram esses apertos, três anos de canseiras, de orçamentos sempre podados, do vaivém de ofícios e de reclamações, de muita firmeza e diplomacia, para que o Governo fizesse pelo menos parte do prometido. A arrogância do Marquês de Olinda continuava, nos menores detalhes, quando, por exemplo, enviou ofício ao frei Camillo, "extranhando a conta paga pelo transporte dos livros, feito por tilburis", durante os nove meses que durou a mudança. A resposta do frade, em ofício de 4 de agosto de 1857, a tão mesquinha e ridícula censura, é um modelo de moderação e de raiva contida. Enfim, no dia 5 de agosto de 1858, o novo prédio foi inaugurado e aberto ao público. Não era o que frei Camillo desejava: continuava sendo uma adaptação, o gás de iluminação não fora ligado, não fora comprada a modesta casa, ao lado, destinada à guarda, não haviam feito as obras necessárias para a segurança das portas dos armários e, final-

mente, não fora comprado, como prometido, o terreno contíguo ao jardim da Biblioteca, na previsão de um possível desdobramento do seu espaço.

Trinta anos depois dessa inauguração, Ramiz Galvão já podia dar este depoimento, depois de ter-se exonerado do cargo de Bibliotecário: "Em rigor não era aquillo que se deveria ter feito; muito melhor fora iniciar a construcção de um ediffício appropriado ao destino especial, occupando terrenos então baldios ou procedendo a desapropriações outrora menos custosas. Com uma verba decretada no orçamento para as obras respectivas, ter-se-hia em 5, ou quando muito em 10 annos, erguido um monumento publico para atravessar os séculos, dando às lettras o palacio que ellas ainda hoje reclamam. Além de todas as outras vantagens faceis de imaginar, houvera o Governo poupado despezas, que mais tarde foi coagido a fazer, quando a Bibliotheca cresceu, e não estaria hoje esta importantíssima repartição sem espaço para acomodação de livros, e quasi condemnada a guardar dentro de caixões os preciosos volumes, que por milhares se aggregam cada anno às aquisições anteriores. Como sair actualmente da grande difficuldade sinão fazendo o que se não fez há 30 annos passados? Havemos de amontoar livros sobre livros, com grave risco da conservação d'elles, e prejuizo da ordem indispensável, e até da decencia? A seção de manuscritos, onde já não cabem os papéis preciosos, ha de desfallecer da asphyxia, e a riquíssima e interessante seção de estampas não terá mais um metro quadrado para guardar cuidadosamente os seus thesouros artisticos, que valem centenas de contos de reis? Ter-se-há de despedir o publico estudioso por não caber na sala imprópria e acanhada, onde já se-acotovella em algumas noites de frequência mais considerável? É portanto forçoso tomar agora a heroica resolução de executar um bom plano, e levantar ediffício novo e idoneo. Por que então se não fez em 1855 com menor dispendio? Mas, em summa fez-se alguma cousa, e esta victoria não foi pequena; o ministro do Império que realizou a compra do novo predio, si não merece hosannas, fez jus todavia á nossa gratidão pelo acto corajoso de applicar algumas parcellas do orçamento á nobre causa da Bibliotheca Publica" (pp. 130-131).

## Prédio novo, velhos problemas

Procedida a inauguração, aberta a Biblioteca novamente ao público, os velhos problemas de antes, como era de se esperar, recommçaram: são cortadas as verbas para aquisição de livros, o grande catálogo sonhado por frei Camillo continuou a ser um sonho, "os illiteratos" funcionários por lá ficaram. "E no meio de tudo isso o espírito lucido e entusiasta de frei Camillo de Monserrat a doer-se da improficuidade de seus esforços, como um archeologo consumado, que tivesse os pés sobre ruínas de uma acrópole sem auxiliares para cavar a terra nem instrumentos para descobrir os monumentos ambicionados" (p. 132). O máximo que o grande Bibliotecário conseguiu foi a assinatura de alguns periódicos estrangeiros e, mesmo assim, ainda teve de usar de toda a sua paciência e argúcia para livrá-la da guilhotina, quando teve de responder ao aviso do Conselheiro José Joaquim Fernando Torres, que perguntava "si aqueles periódicos *não eram dispensáveis*". Não se sabe o que mais admira: se a pobreza de espírito do Governo, se a persistência de frei Camillo, que continuava a fazer planos, a pedir verbas como quem pedia esmolos, e a receber recusas, ou simplesmente o silêncio como resposta. Citemos alguns dos seus últimos pedidos, todos negados e que, se atendidos, teriam enriquecido sobremaneira a Biblioteca e a nossa cultura: a compra de livros especiais sobre o Brasil e a América; a formação de um arquivo de obras sobre línguas indígenas do Brasil e das Américas em geral; a formação de uma equipe de estudiosos para levantarem "todos os problemas que se referem aos habitantes indigenas do nosso continente, antes e depois de sua descoberta pelos Europeus, exigindo a analyse comparada das diversas linguas americanas e a previa fusão dos vocabularios d'ellas"; a formação de uma coleção heráldica de brasões; a coleta de moedas e medalhas; a colheita de notícias sobre as personagens históricas brasileiras; a cópia, em Portugal e Espanha, dos manuscritos relativos à nossa história; a fundação de uma tipografia na Biblioteca, uma oficina de encadernação, a organização de cursos sobre paleografia, arqueologia, etnografia e filologia americana.

Oferecer tais planos ao estudo dos ministros e conselheiros da época, conclui Ramiz Galvão, "equivalia a solicitar o diploma de vesário" (p. 134).

Essa foi a luta de frei Camillo, um dos maiores diretores que a Biblioteca Nacional já teve e que foi, paradoxalmente, o que menos fez. "Nada lhe deram em 17 annos, e tal foi a razão porque o melhor de seus projectos ficou sempre na expectativa de dias mais felizes" (p. 125). Os seus pedidos, porém, eram um retrato daquilo de que a Biblioteca necessitava, e ao mesmo tempo revelavam um plano de trabalho dos mais eficientes.

Nascido em Paris, em 14 de novembro de 1818, Jorge Estanislav Xavier Camille Cléau era filho natural do Duque de Berry e de sua amante, uma italiana da qual nada se sabe, além do sobrenome de Malatesta. Por motivos óbvios, o Duque escondeu a sua paternidade e entregou o recém-nascido ao casal Jorge Cléau de Freitas e Anna Périer d'Angevilliers, que o adotou e lhe deu o sobrenome. Chegou ao Rio de Janeiro em maio de 1844, depois de acidentada carreira na França como pesquisador e professor. Dois anos depois, já naturalizado brasileiro, fez-se monge beneditino, e no mosteiro do Rio de Janeiro recebeu o nome de frei Camillo de Monserrat. Faleceu em novembro de 1870, aos 52 anos, na Ilha do Governador (RJ), onde sempre se refugiava quando sufocado por freqüentes e graves crises de asma. Morreu como diretor da Biblioteca Nacional. Calógeras, seu amigo e admirador, fez esculpir seu busto em bronze e o colocou na sala de leitura da Biblioteca<sup>22</sup>. Frei Camillo organizou também a biblioteca do mosteiro beneditino do Rio de Janeiro, foi paleógrafo do Arquivo Público e membro do Conselho da Instrução Pública. A impossibilidade de organizar a Biblioteca Nacional o levou, nos seus últimos anos de vida, a recolher-se à sua sala e a dedicar-se à pesquisa e ao acolhimento aos estudiosos e pesquisadores que procuravam os tesouros de seu valioso acervo.

Não queremos terminar sem transcrever um último testemunho de Ramiz Galvão sobre o grande Bibliotecário, a respeito desse trabalho complementar:

"As delicadas funções de um bibliothecario não de limitam a ordenar e classificar os thesouros confiados á sua guarda.

Mais do que tudo é elle o auxiliar diligente dos estudiosos, o guia natural dos que fazem investigações de qualquer natureza, o catalogo vivo em summa, que esclarece e aplanava o caminho dos homens de letras. Nesta parte de suas obrigações não carece de animações do Governo, não precisa de verbas, e pouco se-lhe-dá que os ministros comprehendam ou não as elevadas attribuições de uma bibliotheca publica. Por isso também neste particular, fr. Camillo foi um bibliothecario inexcédível e um verdadeiro modelo a imitar-se. Não se-lhe-approximava um homem estudioso, que não colhesse fructos de semelhantes consultas (...). Quantas vezes penetrei naquele gabinete do sabio beneditino, tantas sahi mais admirador do seu grande talento, e mais captivo de sua gentileza" (pp. 138-39).

### Ramiz Galvão. Liberdade para agir.

#### A Biblioteca cresce

Um mês depois da morte de frei Camillo, exatamente no dia 14 de dezembro de 1870, foi nomeado Bibliotecário o seu biógrafo, o Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, que ficou no cargo durante 12 anos, ou seja, até julho de 1882. Segundo o seu próprio testemunho, essa nomeação foi efetuada por um ministro com outra mentalidade, o conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, que o honrou com total confiança e lhe deu todos os meios para "transformar a criança trôpega e linfática em um adolescente vigoroso, sanguíneo e capaz de um grande futuro" (p. 182). A verba do orçamento foi logo multiplicada por cinco, os salários foram aumentados, sendo possível contratar pessoal idôneo, com o qual foi iniciada a organização de novos catálogos, de acordo com os ditames mais modernos da época, e fez-se enfim a reforma geral da Biblioteca, tão sonhada por frei Camillo. O novo conselheiro era dotado de raros dotes administrativos, sabia ouvir as reclamações e não tinha aquele vício "da velha escola autoritária e centralizada" (p. 129).

Foi possível, então, trabalhar em paz e com a necessária liberdade para agir sem entraves, sem reprimendas governamentais ridículas e dispondo de razoável folga no orçamento;

fazer profundas reformas estruturais na Casa, aumentar o acervo com a compra de coleções inteiras, viajar pela Europa para estudar a organização das suas melhores bibliotecas, participar de leilões internacionais de livros e outras obras de valor. Ramiz Galvão promoveu também o primeiro concurso público para o cargo de bibliotecário, no qual se destacou o grande historiador Capistrano de Abreu. A "abertura" da Biblioteca e a compra de novas coleções aumentaram também a confiabilidade da instituição, o que reverteu em um bom número de doações que só vieram valorizar o seu acervo. Do trabalho anônimo já citado, transcrevemos as principais aquisições de Ramiz Galvão:

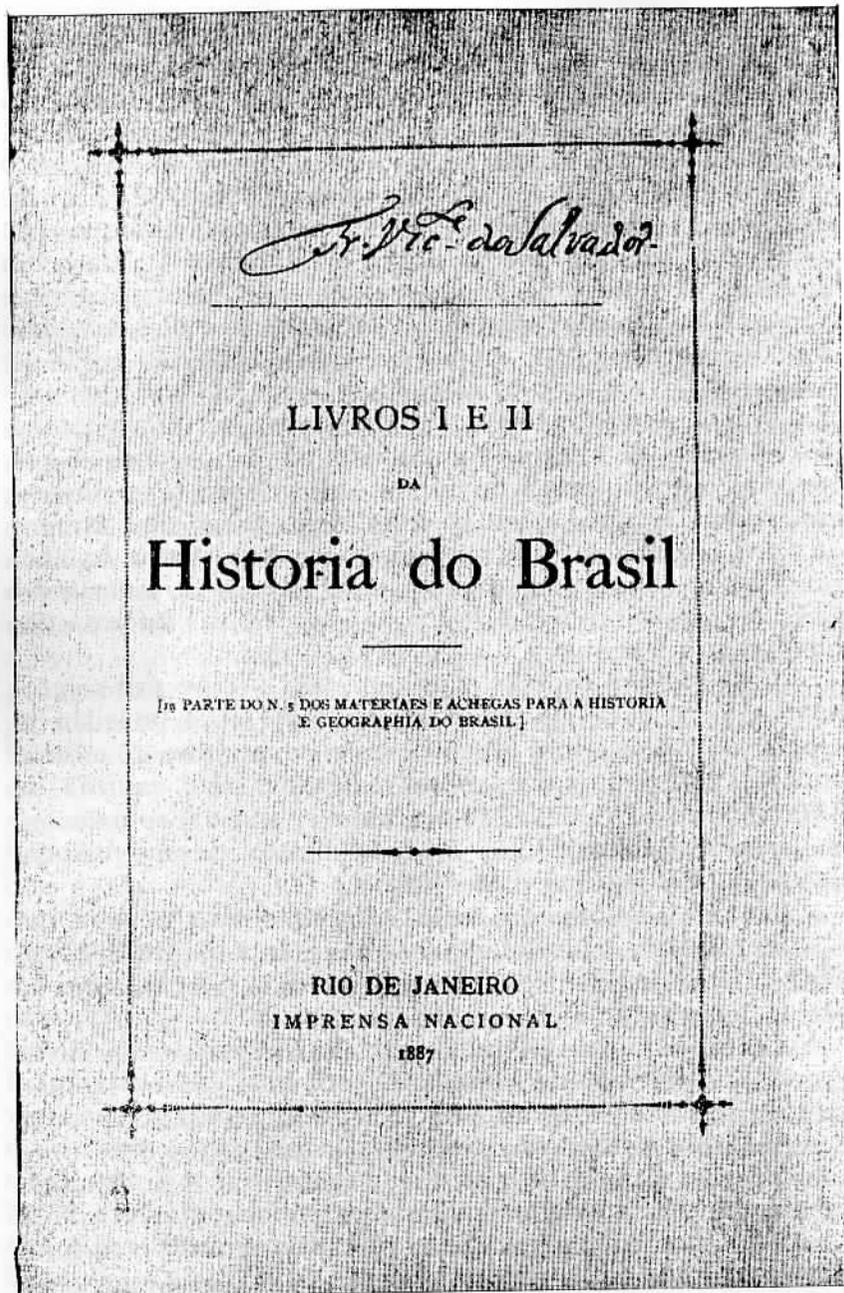
"Em 1872, o Dr. Alexandre José de Mello Moraes ofertou á Bibliotheca, aproximadamente, 200 volumes manuscriptos encadernados, contendo muitos documentos officiaes. Nesse mesmo anno, a 14 de junho, o conselheiro Filippe Lopes Netto doou-lhe uma magnifica colleção de obras escriptas e impressas na República do Chile, abrangendo 2 172 volumes; versam ellas sobre o que de mais valia se tem alli impresso, relativamente a varios ramos dos conhecimentos humanos, e que muito abonam a civilização d'aquelle paiz. Fizeram-se acompanhar de mappas geographicos de grande valor, e de documentos valiosísimos para a história do Chile. À viúva do commendador Manuel Ferreira Lagos comprou o governo para a Bibliotheca, em março de 1873, por 28.000\$000 de réis, a maior e mais valiosa parte da variada, escolhida e primorosa livraria d'aquelle bibliophilo brasileiro, e toda a sua importante colleção de manuscriptos, que passavam de 300. Os volumes impressos provenientes d'essa fonte orçam por 3 475 e 146 mappas geographicos. Dizem respeito, em sua maioria, á América, e notadamente ao Brasil, sobresañdo todos pelo criterio da escolha e primor da encadernação. Nelles acham-se incluídas as conscienciosas e inestimaveis memorias, manuscriptas e ineditas, do insigne naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, relativas á sua viagem Scientifica pelo Para, Amazonas e Mato Grosso. Ao conselheiro Lopes Netto deve ainda a Bibliotheca a mais abundante colheita, que porventura se haja feito, de obras e opúsculos relativos ao systema pennitenciário, cuidadosamente reunidos pelo illustre diplomata brasileiro na Europa e na America. Compõe-se de 182 obras em 319 volumes; e deu-se-lhe entrada,

no registro do estabelecimento, em março de 1882. A essa dadi-va acompanhou magnifico e nitido exemplar do soberbo *Mapa Geographico da America Meridional* levantado pelo cosmographo regio D. Juan de la Cruz Cano y Olmedilla, em 1775, documento preciosissimo, por irrecusavel, no litigio de fronteiras com a Republica Argentina (...) De 1873 a 1874, em comissão á Europa para estudar a organização das suas principais bibliothecas, colheu o Dr. Ramiz Galvão, então bibliothecario, para a Bibliotheca Nacional copioso numero de excellentes obras que lhe faltavam, no valor de cerca de 12.000\$000; entre ellas, tratados classicos e iconografia, monographias e catalogos, que hoje guarnecem as estantes do gabinete especial da respectiva secção, o qual possui uma colleção de estampas, em numero superior a 100 000, de todas as escolas e dos afamados mestres, que em todo o tempo, illustraram a arte da gravura. Para formar uma idéia das aquisições, posteriormente feitas, de estampas de valor, basta consultar a minuciosa resenha historica do laborioso chefe, o Dr. Brum, no *Catalogo da Exposição Permanente dos Cimelios*<sup>23</sup>, trabalho digno de detida, leitura pelas informações fidedignas que ministra.

Em setembro de 1878 entraram, para a respectiva secção, manuscriptos que o governo comprara, em Lisbôa, no leilão do espolio de Rodrigo José Lima Felner; e, em outubro do mesmo anno, 64 volumes manuscriptos, cedidos, pela quantia de 7.000\$000, pelo Dr. Mello Moraes, entre os quaes se sobrelevam as *Cartas Andradinas* (1824 - 1838), hoje integralmente publicadas nos *Annaes da Bibliotheca Nacional*.

No anno seguinte, em maio, adquiriu-se por compra, em Lisbôa, no leilão da livraria da casa dos marqueses de Castello-Melhor, preciosa e bem cuidada colleção de 41 manuscriptos de real merecimento.

Em dezembro de 1880 a Bibliotheca recebeu do conselheiro Francisco Octaviano de Almeida Rosa 38 interessantes manuscriptos, e no anno seguinte, adquiriu curiosa colleção de papeis, documentos e cartas colligidos pelo visconde do Rio Branco em suas missões diplomaticas ao Rio da Prata, principalmente durante a guerra do Paraguay, ofertados por seu filho o Dr. José Maria da Silva Paranhos, actualmente ministro plenipotenciario do Brasil em Washington. Recebeu, quasi por esse tempo, do



livreiro João Martins Ribeiro 18 volumes manuscritos, de bastante valor, que haviam sido do espolio do marques de Olinda, vindo entre elles, por excellente copia, a *História do Brazil*, de frei Vicente Salvador, já hoje divulgada pelos *Annaes da Bibliotheca*; e a parte inedita do *Valeroso Lucidene*, de frei Manuel Callado; e recebeu do Dr. Francisco Antonio Pimenta Bueno numerosos documentos sobre a provincia hoje Estado de Matto Grosso; do Dr. Candido de Oliveira Lins de Vasconcellos, genro e possuidor dos papeis que pertenciam ao conselheiro Pedro de Alcantara Bellegarde, 48 valiosos manuscritos; e do commendador Joaquim Norberto de Souza e Silva 32 manuscritos sobre assumptos nacionaes. Do então encarregado dos Negocios do Brasil nos Estados Unidos da América do Norte, José Gurgel do Amaral Valente, recebeu a Bibliotheca a valiosa offerta de 68 obras em 117 volumes, relativos todos ao Canada, e alguns mappas estatisticos e cartas geographicas."<sup>24</sup>

#### A Biblioteca começa a publicar

Uma das missões de uma Biblioteca Nacional é colocar à disposição dos pesquisadores os seus tesouros. Isto não vem, de maneira alguma, de encontro à sua vocação principal que é guardar e conservar. O problema é resolver o impasse que muitas vezes surge, como um dilema, entre conservar e guardar, por um lado, e, por outro, mostrar, expor, deixar manusear. Muitos documentos, de extremo valor histórico, não podem ser mostrados, porque o seu estado físico não mais permite que sejam expostos à luz, à umidade, ao manuseio. A primeira solução (e muitas vezes a única) é publicar esses documentos. Hoje existem diversas maneiras e técnicas seguras de colocar esses documentos nas mãos dos pesquisadores. Não nos esqueçamos, porém, de que estamos falando da gestão de Ramiz Galvão, isto é, dos anos de 1870 a 1882. Nessa época nada havia de mais moderno do que a tipografia. Ramiz Galvão foi o autor de duas iniciativas que bastariam para enobrecer o seu mandato: dispondo de uma excelente equipe de pesquisadores e historiadores, como Menezes Brum, Saldanha da Gama, Valle Cabral, Capistrano de Abreu e outros, deu início à publicação dos



*Anais da Biblioteca Nacional*, cujo primeiro número foi lançado em 1876. A finalidade dos *Anais* é “a divulgação de documentos preciosos, que até então jazeram desconhecidos ainda de nós mesmos: dando notícia, assim, dos livros raros e altamente estimáveis que povoam as estantes da Biblioteca, como das peças mais curiosas que compõem o seu gabinete de estampas, estudos biobibliográficos sobre os mais célebres escritores nacionais, enfim, tudo o que importe não só à bibliografia em geral, mas ainda à brasileira em

particular”<sup>25</sup>. Este texto é uma explicitação do Decreto nº 6 141 de 4 de março de 1876, § 10, que aprovava o Regulamento da Biblioteca: “Ao bibliotecário compete: (...) Dirigir a publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional*, revista periódica onde deverão ser publicados os manuscritos interessantes da Biblioteca, e trabalhos bibliográficos de merecimento, compostos pelos empregados da repartição, ou por indivíduos estranhos a ela.” Publicado pelo menos uma vez por ano, os *Anais* têm sempre cumprido sua missão principal, que é esta de levar aos estudiosos que não podem freqüentar a Biblioteca, ou àqueles a quem, mesmo tendo essa possibilidade, não é permitido o acesso a documentos por demais frágeis, a oportunidade de ver, de ler e até de possuir suas cópias fac-similares ou transcrições fidedignas; de levar aos estudiosos trabalhos elaborados em torno desses documentos; de publicar matérias referentes à Biblioteca, sua organização, suas técnicas de conservação e manutenção de documentos antigos; notícias e, às vezes, o texto integral de cursos e conferências científicas e literárias feitos no recinto da instituição etc. Os *Anais da Biblioteca Nacional* são uma prova

viva de que, havendo boa vontade e esforço, as coisas no Brasil podem ser duráveis: os *Anais* talvez sejam a única revista brasileira publicada, sem interrupção, há mais de cem anos. Nos *Anais*, nesses cento e tantos anos de existência, está quase toda a história da Biblioteca Nacional, uma rica documentação de mais de um terço da nossa história pátria e um reflexo de toda a sua evolução cultural. A publicação dos *Anais* foi a primeira tentativa de levar ao público os tesouros da Biblioteca, os antigos e os contemporâneos. A Biblioteca guarda o passado; e também o presente, para que, no futuro, se venha a saber o que o presente também produziu.

O segundo grande feito, durante essa gestão, foi a elaboração e a publicação do famoso *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, em 1881, com 1 758 páginas de texto, mais 98 de índices e um Suplemento, este publicado em 1883. Até hoje este *Catálogo* é o orgulho da Biblioteca. Os especialistas modernos, com toda a tecnologia de que dispõem, ficam boquiabertos com o tamanho, a envergadura, a abrangência desse trabalho, elaborado e publicado há mais de cem anos, e que ainda é o que de melhor se publicou no Brasil sobre o assunto, e ainda é consultado como instrumento essencial de pesquisa por historiadores, sociólogos, geógrafos, economistas etc. A propósito de sua publicação, o seu organizador conta que, apesar de ele ter sido fruto de um decreto imperial, não foi fácil realizá-lo, e se não ficou mais completo, foi devido ao desleixo e à má vontade que sempre o cercou. Houve quem chegasse ao cúmulo de esconder peças valiosíssimas que, evidentemente, não constam no catálogo, ou só constam através de citações de segunda mão. Tinham medo de quê? Talvez temessem que o Imperador as requisitasse para a sua coleção particular, ou as doasse à Biblioteca. O relatório de Ramiz Galvão fala de uma biblioteca, cujo nome não declina, mas diz ser muito conhecida pela sua riqueza, “d’onde não obtivemos sequer a nota de um manuscrito de valor, quanto mais a remessa de qualquer documento”; foi enviado um questionário a mais de 800 câmaras municipais e apenas 128 responderam, tendo as demais brilhado apenas pelo silêncio e pela ausência.

Outras grandes realizações dessa gestão foi a publicação do *Catálogo da Exposição Camoniiana* (1880), por ocasião do tricên-

tenário da morte do grande poeta lusitano; a fundação do Gabinete de Numismática; a reedição da *Prosopopéia*, de Bento Teixeira, cuja 1ª edição, de 1610, acabara de ser encontrada na Biblioteca; a reedição da *Arte da Gramática da Língua Brasileira na Nação Kiriri*, do Padre Mamiani, e a publicação dos dois primeiros volumes do grande *Catálogo de Manuscriptos relativos ao Brasil*, obra prevista para 16 grandes volumes<sup>26</sup>. O sucessor de Ramiz Galvão, o Dr. João de Saldanha da Gama, que exerceu a função até pouco tempo após a Proclamação da República, quando foi aposentado (12 de dezembro de 1889), fez substituir a iluminação a gás da Biblioteca pela luz elétrica (1º de julho de 1885)<sup>27</sup> e criou a Exposição Permanente de Cimélios, da qual resultou um imponente e magnífico catálogo, com mais de mil páginas, até hoje imprescindível como instrumento de trabalho<sup>28</sup>. Em sua gestão foram elaborados dois inventários da Biblioteca. Em maio de 1885 foram contados 140 mil volumes impressos, não incluindo nesse cômputo nem os manuscritos, nem o acervo iconográfico; em julho de 1888 a quantidade de livros já chegava a quase 171 mil<sup>29</sup>.

### **E a República foi proclamada. O velho Imperador, ao contrário do seu avô, D. João VI, não nos deixou de mãos vazias**

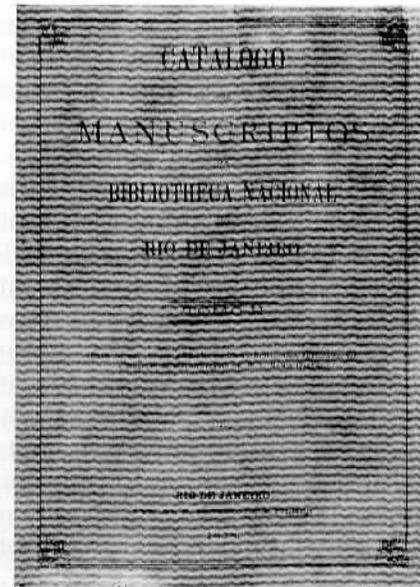
Ao voltar para Portugal, D. João VI raspou até o fundo os nossos baús e deixou o Brasil a zero. Já vimos um pouco da verdadeira rapinagem que recebeu o belo (e falso) título de Tratado de Paz e Amizade. Não vimos, pois este não é um livro de história econômica do Brasil, que, como consequência disso, teve "início a penosa acumulação da dívida externa brasileira"<sup>30</sup>, e, poucos anos depois, o próprio Banco do Brasil sofreria um vergonhoso processo de insolvência. Tudo com a aprovação e a chancela de D. Pedro I.

Mas, D. João VI e D. Pedro I eram portugueses e tinham sonhos e a cabeça no além-mar. O velho D. Pedro II era brasileiro e não é proibido pensar que, ao partir para o exílio, sonhasse com uma possível volta. Levou consigo um caixote com terra do Brasil, de lembrança, e, até a morte, sempre falava com carinho

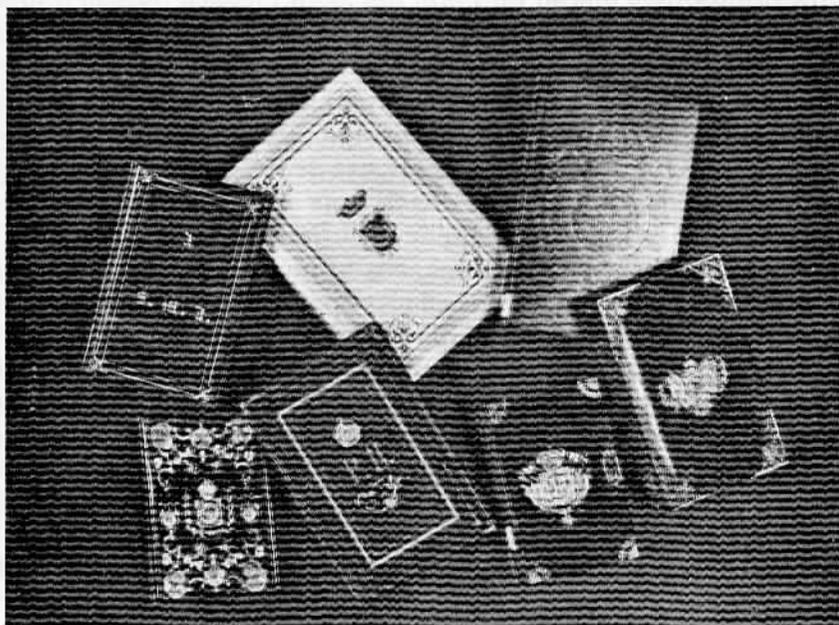
e respeito da terra que lhe tinha sido ingrata. Bem diferente da sua avó, a Rainha Dona Carlota Joaquina, que, ao chegar a Lisboa, bateu as suas sandálias, gritando que do Brasil nada queria, nem o pó que trazia em suas solas. Já lhe bastavam o ouro, as pedras preciosas, as madeiras finas, o açúcar, o algodão e as libras esterlinas tomadas de empréstimo pelo Brasil para pagar contas de Portugal.

Ao partir, D. Pedro II doou à Biblioteca Nacional o que ele tinha de mais caro: a sua riquíssima coleção de livros, fascículos, folhetos, revistas, estampas, partituras musicais, fotografias, mapas, manuscritos, mais de 48 mil volumes encadernados, sem contar as brochuras. Sua única exigência foi que essa coleção não fosse dispersada e recebesse o nome de *Coleção Teresa Cristina Maria*, em honra de nossa última Imperatriz, sua esposa. Foi a maior doação que a Biblioteca já recebeu e o seu valor cultural é inestimável. D. Pedro II, além de grande leitor e colecionador de livros, era um amador entusiasta da fotografia, a mais nova invenção da época. Colecionava fotos e negativos que ele mesmo tirava e recebia fotos e negativos dos amigos e dos mais famosos fotógrafos estrangeiros que vinham ao Brasil, as mais das vezes a seu convite. Tudo foi doado à Biblioteca. O velho monarca quase nada levou consigo. Nessas fotos está contada a história da própria arte fotográfica e também todo um período da história do Brasil e do mundo<sup>31</sup>.

Mas, como dizíamos, a República tinha sido proclamada. E alguma coisa tinha de ser mexida, na Biblioteca, para que o evento ficasse marcado. O primeiro administrador da Biblioteca teve mudado o nome do seu cargo: em vez de Bibliotecário, passou a ser chamado de Diretor. Parece ter sido um dos poucos



atos de “republicanização” que atingiu a Biblioteca Nacional. Mudou-se também o nome da instituição: deixou de ser Biblioteca Imperial e passou a ser chamada Biblioteca Nacional. Que bom que não se chamou Biblioteca Republicana! Um ano depois, em 13 de outubro de 1890, o Coronel Benjamin Constant, ministro da Instrução Pública, assinou um decreto de reforma da Biblioteca, sem qualquer significação prática, que não passou de um superficial verniz republicano sobre as velhas paredes. As coisas continuaram como antes, os mesmos problemas persistiram, muitos deles se intensificaram, e a Biblioteca continuou a viver e a crescer como sempre o fez, por obra e graça do esforço dos seus diretores, de seus funcionários, das *propinas* e das doações particulares. Não arrefeceu a gana autoritária do governo, a querer interferir em tudo, em cada ato da direção da instituição, e que tanto humilhou os diretores “imperiais”. A luta pela autonomia da Casa teve de continuar, com pouquíssimas vitórias e não poucas derrotas.



Exemplares da Coleção Teresa Cristina Maria, da Seção de Obras Raras.

A propósito, é interessante observar que nos *Anais*, nos volumes referentes aos anos de 1888, 1889 e 1890, não conseguimos encontrar uma única palavra sobre dois grandes acontecimentos da nossa história: a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. Não há uma pista sequer onde o mais arguto pesquisador possa deduzir que tenha havido no país mudanças tão radicais. É como se esses dois fatos, tão importantes, não tivessem tido lugar... a uma distância de dois ou três quilômetros do próprio prédio da Biblioteca. Pena que nessa época ainda não eram escritos e publicados os Relatórios Anuais de Diretoria, onde teríamos talvez a oportunidade de sentir a reação “official” da Casa em face desses eventos e qual a repercussão que eles poderiam ter causado<sup>32</sup>. Só no volume nº 22 dos *Anais*, já no ano de 1900, vamos encontrar a primeira referência à República, mesmo assim indireta. É quando o diretor Teixeira de Mello deixa consignado o seu agradecimento ao ministro da Justiça, Epitácio Pessoa, pela volta à Biblioteca do busto em mármore de D. João VI, que tinha sido retirado do seu pedestal pelos republicanos, “por preocupações de seita philophica e de preconceitos políticos”. Felizmente a Biblioteca conservou, mesmo assim, a sua força de guardiã da história: ela conseguiu recuperar, em silêncio, talvez a maior e mais completa coleção existente de documentos originais sobre a República e a escravidão.

### E chegamos ao fim do século XIX

Em 31 de julho de 1892, toma posse como diretor da Biblioteca o Dr. Manuel Cícero Peregrino da Silva. Será um grande diretor, como veremos.

Até lá, o século vai findando, vão desfilando novas administrações, uma ou outra ala vai sendo construída no velho prédio, que se mostra cada vez mais acanhado e insuficiente.

Em 1894, calcula-se que a Casa já possui cerca de 228 mil livros e que o seu crescimento chega a ser de mais mil peças por ano. Em 1895, faz-se um novo inventário, obtendo-se o seguinte resultado:

Livros impressos . . . . .	231 132
Manuscritos:	
— documentos biográficos . . . . .	23 516
— documentos históricos avulsos . . . . .	23 519
Códices encadernados . . . . .	115 513
Moedas e medalhas . . . . .	22 863
Total de peças . . . . .	416 543

Esse aumento do acervo torna cada vez mais patentes as deficiências do prédio da Rua do Passeio. Puxam-se duas novas alas pelos terrenos dos fundos, aluga-se um anexo na Rua Maranguape. Nada disso é suficiente. A situação é calamitosa. A Presidência da República muda-se para o Palácio do Catete, desocupando o prédio onde funcionava, na Rua Larga, hoje Marechal Floriano, o atual Palácio Itamarati. Faz-se uma grande campanha para que esse prédio seja cedido à Biblioteca. A campanha não tem o menor êxito, apesar do apoio dado pela imprensa, sobretudo pelos jornais *O Paiz* e *Jornal do Commercio*. Oferecem-se paliativos: dois corredores do segundo pavimento da Casa são convertidos em salas, para desafogar a Seção dos Manuscritos; é construída uma nova galeria na parte sul do prédio; colocam-se mais estantes, “embaraçando o trânsito de pessoal e a livre passagem do ar”<sup>33</sup>. Ainda não é suficiente, pois continuam as doações, as compras, o intercâmbio e o Depósito Legal. Ocupa-se outra galeria, desta vez na parte norte do edifício, “na parte em que outr’ora residiam os bibliothecários, e nella foram collocados os livros doados pelo ex-Imperador, que a occuparam litteralmente, sendo ainda preciso, ou dispor estantes no centro da galeria, como em parte se fez, ou transferir a mór parte das brochuras”<sup>34</sup>.

O século XIX chega ao fim com o prédio da Biblioteca completamente entulhado, e com o seu acervo total com um superávit de cerca de 300 000 peças novas em relação ao inventário de 1895.

Mais livros, mais manuscritos, mais estampas e mapas preciosos não param de chegar. A Biblioteca continua a inspirar confiança e as doações se multiplicam. Urge fazer-se um novo inventário, sempre dificultado pela falta de pessoal, pelas mu-

danças de critério nas classificações das peças, que se vão acumulando, retardando cada vez mais o trabalho. O inventário acabou não sendo feito. Recentemente, porém, por aproximação, somando aos totais de 1895 as novas peças e coleções de livros que iam sendo adquiridas, podemos estimar que no ano de 1900, cinco anos depois do último inventário, eram estas as quantidades:<sup>35</sup>

Livros impressos . . . . .	292 541
Cartas geográficas impressas . . . . .	7 073
Cartas e planos manuscritos . . . . .	572
Documentos manuscritos . . . . .	253 884
Periódicos . . . . .	6 296
Partituras musicais . . . . .	368
Estampas e desenhos . . . . .	116 751
Moedas e medalhas . . . . .	27 847
Total de peças . . . . .	705 332

A progressão desses números é impressionante:

1814	60 000	livros impressos	
1885	140 000	“	“
1888	170 671	“	“
1894	228 000	“	“
1895	231 132	“	“ num total de 416 183 peças
1900	292 541	“	“ num total de 705 332 peças <sup>36</sup>

O novo século vai se iniciar com a Biblioteca ocupando um prédio que não comporta mais o seu acervo, intransitável para os usuários e ultrapassado sob o ponto de vista técnico. Na gestão do diretor Teixeira de Mello (1895 a 1900), já estava madura a idéia da construção de um novo prédio, dessa vez totalmente idealizado para ser uma Biblioteca Nacional.

Uma coisa, contudo, não se pode negar: a Biblioteca está consolidada, já é conhecida, já é um centro cultural de que o país pode-se orgulhar. Os intelectuais a freqüentam, os grandes

escritores lhe doam seus manuscritos e suas primeiras edições. Nos seus registros de leitores podemos pinçar alguns nomes hoje famosos: Machado de Assis, desde 1855, quando ainda contava apenas 15 anos de idade, era leitor assíduo de *Panorama*, de *A Marmota*, de *O Brazil Illustrado*, do *Jornal do Commercio*, do *Tratado de Geografia*, de Balbi, da *História do Brazil*, de Abreu e Lima; José de Alencar consultava o *Almanaque do Império*, a *Corografia Brasília*, do Padre Aires do Casal, a *Flora Fluminense*, de Frei Veloso, a *História do Brazil*, de Abreu e Lima, o *Dicionário da Língua Brasileira*; Fagundes Varela, também desde os 15 anos, lá estava, compulsando as *Poesias*, de Manuel Antônio Alves de Azevedo, os *Primeiros Cantos*, de Gonçalves Dias, as *Méditations*, de Lamartine.

No último Relatório de Diretoria do século, assinado pelo diretor José Alexandre Teixeira de Mello e dirigido "ao Cidadão Dr. Epitácio Pessoa, Ministro de Estado dos Negócios do Interior e Justiça", vários dados mostram a situação de progresso da Biblioteca, ao mesmo tempo em que detalham os problemas da Casa, muitos deles resultantes do seu próprio crescimento<sup>37</sup>. Logo de início o Relatório lastima a morte de vários funcionários de grande valor, entre os quais Raul Villa-Lobos, falecido em 18 de julho, pai do famoso compositor Heitor Villa-Lobos. Repete-se a reclamação sobre exíguo número do pessoal, o que tem obrigado o Diretor a resolver "essas situações difíceis e embaraçosas" aumentando em três horas o turno de trabalho dos funcionários que atendiam à "leitura pública". Não sendo ainda suficiente esta solução, teve-se de apelar para amanuenses que se dedicam à catalogação, com evidente prejuízo para este trabalho, e a pessoas "quasi analfabetas". Isto porque, ao mesmo tempo em que se reduzia o quadro de servidores, crescia consideravelmente a quantidade de livros e de leitores. Para uma cidade na época com uma população que não ultrapassava os 50 mil habitantes, a Biblioteca tinha uma média de 74 leitores diários, que consultavam uma média de 100 livros, "attendendo, sobretudo, a que estas circunstancias tendem a se agravar com o tempo".

Acresce que a Biblioteca, então, ainda tinha um serviço muito trabalhoso de "consultas domiciliares" (empréstimo),

serviço este que sempre causava grandes preocupações aos seus responsáveis. Nesse último ano do século XIX, a Biblioteca teve um aumento de 3 188 novas obras, entre as compras, doações, permutas e depósito legal. Foi feito o inventário do acervo, foram colocados mais dois pára-raios, perfazendo-se o número de quatro, foi efetuado também o inventário dos móveis da Casa, gessaram-se os tetos, pintaram-se as paredes e "a saleta do mictório"; consertou-se o motor gerador de luz elétrica, adquiriram-se novos arcazes para a guarda de manuscritos, espalharam-se bancos na entrada principal, mudou-se para o 2º andar o busto de Gutenberg, "onde está (agora) em pedestal condigno, ladeado por mostradores feitos para esse fim, contendo os dous volumes da Bíblia de Mogúncia de 1462, o mais precioso dos nossos incunabulos" (p. 279)<sup>38</sup>.

Até 1872, a Biblioteca ficava aberta ao público das 9 às 14 horas. Com a reforma desse ano, o horário foi mudado: das 9 às 15 horas e das 16 às 21 horas, com uma hora para o descanso (das 15 às 16). A partir de 1890, o horário de atendimento aos leitores passou a ser corrido: das 10 às 21 horas<sup>39</sup>.

## NOTAS

1. Cf., *Anais da Biblioteca Nacional*, v. XI, 1883, p. 568. Em Ofício assinado por José Bonifácio, em 10 de dezembro de 1822, a instituição é chamada de Bibliotheca Imperial e Publica; em Aviso de 17 de fevereiro de 1823, o mesmo José Bonifácio a intitula Bibliotheca Imperial e Nacional. Os *Anais*, desde o seu 1º volume, em 1876, sempre tiveram oficialmente o título completo de *Anais da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. A partir do volume 66, publicado em 1948, passaram a trazer o simples título de *Anais da Bibliotheca Nacional*, omitindo o nome da cidade. Não encontramos nenhum documento oficial que determinasse essa mudança.
2. Freire, Francisco José, sacerdot. *Memorias das Principaes Providencias que se derão no Terremoto, que padecio a Corte de Lisboa no anno de 1775...*, por Amador Patrício de Lisboa (pseud.), Lisboa, 1758.
3. Anônimo. *Resumo Histórico, Anais da Biblioteca Nacional*, v. 19, 1897. Separata, p. 5.
4. Souza, Antonio Caetano de, *Historia genealogica da Casa Real Portugueza desde a sua origem até o presente... oferecida a El Rey D. João V*, Lisboa, 1741, t. VIII, p. 273.

- Vol. XII: *Questão de Limites – referências*: Volumes 52 (1930) e 53 (1931).
- Vol. XIII: *Obras Várias Brasileiras*: Volume 81 (1961).
- Vol. XIV: Papéis relativos a Brasileiros.
- Vol. XV: Cartas e Autógrafos de Brasileiros notáveis e de estrangeiros de qualidade que estiveram no Brasil ou dele se ocuparam: volumes 78 (1958), 81 (1961), 84 (1964), 86 (1966), 90 (1970), 91 (1971) e 106 (1986).
- Vol. XVI: Índices de matérias e de autores.
27. *Anais*, v. XVIII (1886), p. 471.
  28. *Anais*, v. XI (1883-84).
  29. *Anais*, v. XI (1883-84), p. 34.
  30. Pelaez, C. M. e Suzigan, W., *História Monetária do Brasil*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976, p. 55 e ss.
  31. Ver em *Anais*, v. 111 (1991), um estudo de Joaquim Marçal sobre as fotografias da Coleção Teresa Cristina Maria.
  32. Os Relatórios de Diretoria só começaram a ser escritos e publicados nos *Anais* a partir de 1885.
  33. Anônimo, *op. cit.*, p. 18, nota 1.
  34. *Ib.*
  35. Cálculo baseado em levantamento feito pela bibliotecária da BN Lygia Cunha, in "Brasil 1900-1910", p. 158.
  36. Hoje (novembro de 1992), a Biblioteca Nacional possui cerca de 9 milhões de peças, em cujo total se contam mais de 4 milhões de livros impressos. Essa quantidade cresce continuamente, em alguns milhares de peças e livros por ano.
  37. *Anais*, v. XXXII, 1900.
  38. Nesse Relatório de Diretoria, ao transcrever a estatística dos livros mais solicitados, durante o ano, há uma estranha divisão no tocante à língua portuguesa: entre as obras mais consultadas, encontram-se o *português*, o *português-geral* e o *português-botocudo* (p. 262).
  39. Em 1911, o primeiro regulamento do século XX modifica mais uma vez esse horário, que passa a ser das 8 da manhã até as 22 horas, cuidando, porém, que nenhum funcionário tivesse mais de 8 horas diárias de trabalho.